

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Yasmin Curzi de Mendonça
Enfrentando o assédio público: entre punitivismos e outras alternativas

Rio de Janeiro, julho de 2018

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Yasmin Curzi de Mendonça
Enfrentando o assédio público: entre punitivismos e outras alternativas

Projeto de Trabalho de Conclusão de
Curso, sob a orientação da professora
Ligia Fabris Campos apresentado à
FGV DIREITO RIO como requisito
para obtenção de grau de bacharela
em Direito.

Rio de Janeiro, julho de 2018

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO FGV DIREITO RIO
GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Enfrentando o assédio público: entre punitivismos e outras alternativas
Elaborado por
Yasmin Curzi de Mendonça

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do professor **Ligia Fabris Campos** apresentado à FGV DIREITO RIO como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em Direito.

Comissão Examinadora:

Nome do orientador: Ligia Fabris Campos

Nome do examinador 1: Daniel Vargas

Nome do examinador 2: Fernanda Prates

Assinaturas:

Ligia Fabris

Daniel Vargas

Fernanda Prates

Nota final:

Rio de Janeiro, __ de julho de 2018.

RESUMO

A partir do ano de 2013, com a campanha *Chega de Fiu Fiu*, protagonizada pela organização feminista Think Olga, o debate sobre o assédio público passa a adquirir mais relevância em plataformas virtuais, dentro dos movimentos sociais e, não obstante, na produção legislativa. Não havendo consenso sobre a sua solução, o presente trabalho procura compreender como e quais respostas têm sido pensadas e construídas, a partir da análise de proposições legislativas e de iniciativas de atores e atrizes na sociedade civil. As iniciativas foram classificadas em três tipologias: (1) *clássica*, com soluções penais visando dissuadir e punir a conduta; (2) *institucional-criativa*, com soluções alternativas que objetivam dissuadir a conduta, compensar as vítimas e (r)estabelecer a simetria nas relações; (3) *supercriativa*, com potencial de produzir transformações comportamentais, tornando inexigível a intervenção normativa de forma direta. Pretendemos contribuir para o debate sobre o assédio público, pensando o tema a partir de teorias críticas do Direito.

Palavras-chave: assédio; gênero; teorias feministas; teorias críticas; políticas públicas; projetos legislativos;

ABSTRACT

From 2013 onwards, with the campaign *Chega de Fiu Fiu* created by the feminist organization Think Olga, the debate on public harassment starts to become more relevant in virtual platforms, within social movements and, nonetheless, in legislative production. In the absence of consensus on its solution, the present work seeks to understand how and what responses have been thought and constructed, based on the analysis of legislative proposals and initiatives of actors and actresses in civil society. The initiatives were classified into three types: (1) *classical*, with penal solutions aimed at deterring and punishing the conduct; (2) *institutional-creative*, with alternative solutions that aim to dissuade conduct, compensate victims and (r)establish symmetry in relationships; (3) *supercreatives*, with the potential to produce behavioral transformations, making Law's direct intervention unnecessary. We intend to contribute to the debate on public harassment, thinking the theme from critical theories of Law and critical criminology.

Keywords: harassment; gender; feminist theories; critical theories; public policy; legislative projects

Agradecimentos

Quatro anos na Escola de Direito fazem parecer inútil uma tentativa de colocar todos os agradecimentos devidos, tanto pela execução desse trabalho de conclusão de curso, quanto pela minha formação. Não fosse uma rede infindável de pessoas que me apoiaram, impulsionaram e, em alguns momentos, me empurraram para frente, eu não teria conseguido alcançar absolutamente nada. Com temor de escrever mais sessenta páginas apenas de agradecimentos, me limitarei a agradecer a algumas pessoas específicas que tiveram envolvimento direto com esse trabalho.

Em primeiro lugar, à minha orientadora, Professora Ligia Fabris, por contribuir tanto para a minha ainda incipientíssima vida acadêmica. Toda a minha produção foi impactada desde o primeiro contato com suas disciplinas. Meus mais sinceros agradecimentos por todo o comprometimento, conversas, apoios, incentivos, pela didática e profissionalismo irretocáveis.

Ao Professor Leandro Molhano, que me acolhera como monitora no meu primeiro ano na Escola e me inspirou a continuar também nas Ciências Sociais (ainda que tenha se desapontado com a ausência de gráficos em minha dissertação de mestrado...). Obrigada também por incentivar que eu desse aulas de monitoria em suas disciplinas, me fazendo enfrentar pela primeira vez a minha timidez em sala de aula.

Ao Professor-Coordenador Thiago Bottino, a quem admiro profundamente e que, desde o primeiro momento, me ajudou a permanecer na Escola. Pela compreensão com minha vida-dupla de mestranda/graduanda e pelas aulas que influenciaram tanto a minha forma de ver o Direito Penal.

Da mesma forma, meus mais profundos agradecimentos e carinhos ao Professor André Mendes, às coordenadoras Marília Araújo, Cristina Nassif, ao Luca Saroldi e ao Rodrigo Costa.

À Professora Fernanda Prates, por ter aceitado o convite para a Comissão Avaliadora e por ser uma tremenda inspiração como intelectual e militante.

Agradeço imensamente também ao Professor Daniel Vargas, por aceitar o convite para a Comissão Avaliadora e pelos semestres em que fui sua monitora. Suas aulas que sempre movimentam indagações profundas e as suas frequentes tentativas de melhorar o seu próprio desempenho para aprimorar os cursos são lições que espero conseguir levar para a minha própria atividade como docente no futuro.

Aos amigos e às amigas imensuravelmente amados. Não tentarei citar todos os nomes por medo de causar decepções irremediáveis no caso de esquecer algum. Peço que me perdoem por abrir exceções apenas ao Antônio Mariano, ao Breno Gaspar, à Clara Almeida, Flavia

Pennafort, Patrícia Rubio, Thaís Salvador, Vanessa Tourinho, ao Vinicius Reis e Waldo Ramalho. Agradeço pelo carinho, bem como pelas revisões, conversas e pela paciência. Foram inúmeras as vezes em que eu surgia com uma ideia amorfa e elas e eles me ajudaram a transformá-la em algo.

À Izabel Nuñez e Guto Franco, chefes e amigos mais do que queridos que não me deixam escapar das Ciências Sociais.

Também à Diretoria da Escola e à Comissão de Bolsas por permitirem que concluísse estes estudos.

E, por fim, a meus pais, pelo amor e apoio incondicionais.

Mas qual diagnóstico dar ao tremor de mãos que ocorre depois que um estranho sussurra no seu ouvido, quando você está a caminho do trabalho? Que medicamento você pode tomar para deixar de ter medo que o taxista não a esteja levando de verdade para casa? E o que dizer daquelas que atravessam tudo isso sem sentir nada? – o que isso nos diz sobre os saltos que nosso cérebro teve de dar para chegar à ambivalência? Não acredito que alguém possa passar por tais situações e sair incólume.

- Jéssica Valenti.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
METODOLOGIA E OBJETIVOS	8
1. FEMINISMO EM ONDAS: DO SUFRÁGIO AO CIBERATIVISMO CONTRA O ASSÉDIO	12
1.1. AS ONDAS DO FEMINISMO BRASILEIRO	13
1.2. REFORMANDO A CULTURA: PROPOSTAS AO ENFRENTAMENTO DA SUBORDINAÇÃO SEXUAL	16
1.2.1. O ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO	17
1.3 CIBERATIVISMO E ENGAJAMENTO VIRTUAL: UMA NOVA ONDA FEMINISTA?	22
2. A QUESTÃO DO ASSÉDIO PÚBLICO.....	25
2.1. O ASSÉDIO PÚBLICO NO DIREITO NORTE-AMERICANO.....	32
A. COMO “ABUSO SEXUAL”	33
B. COMO “INCITAÇÃO À VIOLÊNCIA”	34
C. COMO “IMPOSIÇÃO INTENCIONAL DE ESTRESSE EMOCIONAL”	34
D. COMO “INVASÃO DE PRIVACIDADE”	35
CONCLUSÕES SOBRE A JURISPRUDÊNCIA NORTE-AMERICANA	35
2.2. O ASSÉDIO PÚBLICO NO DIREITO BRASILEIRO.....	37
A. COMO “IMPORTUNAÇÃO OFENSIVA AO PUDOR”	38
B. COMO “ASSÉDIO SEXUAL”	40
C. COMO “ATO OBSCENO”	42
CONCLUSÕES SOBRE O ASSÉDIO PÚBLICO NO DIREITO BRASILEIRO	43
2.3. RESPOSTAS LEGISLATIVAS AO ASSÉDIO PÚBLICO	44
A. PLS 7372/2014, 7343/2014 E 4493/2016.....	44
B. PL 7640/2014.....	46
C. PLS 4180/2015 E 5504/2016.	47
D. PLS 6722/2016, 8464/2017, 8471/2017, 8476/2017 E 8517/2017	48
E. PL 5821/2016.....	49
F. PLS 380/2015	49
2.4. MOVIMENTOS FEMINISTAS E O APOIO AO ESTADO PENAL: O QUE DIZ A CRIMINOLOGIA CRÍTICA?	50
3. ASSÉDIO PÚBLICO E O BEM-ESTAR NAS CIDADES	56
3.1. MULHERES E O DIREITO À CIDADE: A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS TRANSVERSAIS	56
3.2. DIREITO À CAMINHABILIDADE.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
ANEXO 1 – PROJETOS DE LEI SOBRE ASSÉDIO SEXUAL	67
ANEXO 2 – PROJETOS DE LEI SOBRE ASSÉDIO PÚBLICO	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
1. TEXTOS.....	72
2. RELATÓRIOS	75
3. NOTÍCIAS DE JORNAL	75

Introdução

Uma menina de 13 anos sai de casa para ir à escola. Faz o percurso a pé, pois mora a apenas um quilômetro de distância, na casa de seu tio, que fica no centro de Dhaka, em Bangladesh. Seu nome é Nashfia Akhand Pinky, conhecida por amigos apenas como Pinky.

Treze anos não é uma idade suficiente para praticar os atos da vida civil – como dirigir, firmar contratos sem representantes legais, ou votar. Mas é idade suficiente para que Pinky tenha o sonho de ser modelo um dia. Também, é idade suficiente para que homens passem a olhar para ela como um objeto. Um corpo que tem seu sexo social como uma marca.

Todos os dias, um grupo de vizinhos a atormenta. Fazem gracejos, piadas sujas, assobiam, comentam sobre sua aparência e a seguem durante o seu percurso. No dia 19 de janeiro de 2010, Pinky machucou sua mão. Saiu de casa para comprar um remédio. Seus atormentadores impediram que ela seguisse o caminho, bloqueando sua passagem. Fizeram os comentários de sempre sobre a sua aparência. Nesse dia, Pinky reclamou. Um dos rapazes se sentiu insultado. Puxou seu *sari*¹ e bateu em seu rosto. Pinky caiu no meio da rua. Transeuntes olharam a cena. Ninguém ajudou. Pinky voltou para a casa de seu tio, escreveu uma carta, amarrou o seu *sari* no ventilador e se enforcou.

Na sua carta de suicídio, disse que *“quando ele puxou meu lenço e me agrediu fisicamente na frente da casa, algumas pessoas viram toda a cena e riram. Ninguém reclamou”*.

Aos 13 anos, Pinky se torna símbolo da luta contra o assédio público em Bangladesh. A administração da cidade resolveu estabelecer que o dia 13 de junho passaria a ser conhecido como o dia de “Combate ao ‘Eve-Teasing’²”.

O sofrimento de Pinky se tornou símbolo de luta por não se tratar de um evento isolado. O Ministro da Educação à época, Nurul Islam Nahid, disse que o problema seria pandêmico em

¹ Peça de pano utilizada pela maioria das mulheres na Índia, no Nepal, em Bangladesh e Sri Lanka. Em pesquisa recente, realizada pela organização “Border&Fall” com 50 homens e mulheres na Índia, foi constatado o começo do uso do *sari* (*saree*) por 63% das mulheres na fase escolar (10-18 anos de idade). O *sari* tem como intenção refletir a elegância e graça “feminina”. É associado ao padrão estético de feminilidade. É também utilizado pelas Hijras, comunidade hindu emasculada para agradar a deusa Bahuchara Mata. Fonte: <<http://www.borderandfall.com/journal/sari-survey-2016/>> (Último acesso em 11/06/2018)

² Eufemismo para “harassment”. Equivalente à “cantada”, o Eve-teasing é uma terminologia utilizada frequentemente na Índia, Bangladesh, Nepal e Paquistão para denominar práticas de assédio ou abuso públicos. “Eve” faz alusão à Eva, personagem bíblico. O termo, assim, poderia ser traduzido literalmente como “Tentação de Eva”, colocando sobre as mulheres a culpa pela “provocação”.

Bangladesh e que, em alguns locais, algumas escolas haviam, inclusive, adiado exames dos alunos ou até mesmo sido fechadas, especificamente, por causa da ocorrência frequente de violências semelhantes.

A organização de direitos humanos “Ain-O-Shalish Kendra” (ASK) revelou³ que somente nos quatro meses anteriores ao evento ocorrido com Pinky, outras quatorze meninas e mulheres haviam tirado sua própria vida, um resultado direto de insultos objetificantes. O assédio público seria também a principal causa para a evasão escolar e para o casamento infantil. De acordo com Nahid, “os pais pensam que se as suas filhas tiverem um marido, então elas estariam salvas desses perigos. É um ciclo vicioso”⁴.

Violências semelhantes são pandêmicas e não atingem apenas Bangladesh. Como demonstra a jornalista e fundadora da Organização Stop Street Harassment⁵, Holly Kearn, em seu livro “Stop Global Street Harassment”⁶, o assédio público afeta mulheres⁷ em todo o globo.

Kearn (2015) observa que o assédio nas ruas não é um fato recente na história dos espaços públicos, mas que teria se agravado e se tornado mais frequente devido à urbanização recente – desde 2008, a maior parte da população mundial vive em grandes aglomerados urbanos. A vida nas grandes cidades, em sociedades de massas, como observa Simmel⁸, assegura o anonimato das ações individuais e acentua a indiferença entre desconhecidos.

³ Salim Mia. *Bangladesh ‘Eve Teasing’ takes a terrible toll*. BBC News, Bangladesh, 11 jun. 2010. Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/10220920>>. Último acesso em 18/06/2018.

⁴ Idem, ibidem. Tradução livre.

⁵ O movimento *Street Harassment Project* surgiu a partir de uma sessão organizada em Nova Iorque por Allison Guttu e Fran Luck em 08 de março de 1998, voltada para a discussão de violências sofridas por mulheres. Kearn conta que o estopim para o empreendimento de ações mais diretas foram relatos de casos frequentes de assédios em Central Park. Os membros da organização realizaram protestos no Central Park, debates e discussões para “trazer consciência” sobre o assédio nas ruas, sobretudo a partir do compartilhamento de relatos. A “Stop Street Harassment” é fundada em 2008 pela inauguração de seu *website*.

⁶ Holly Kearn, *Stop Global Street Harassment*, 2015.

⁷ O trabalho compreende “mulheres” como grupo heterogêneo, “com comportamentos, características e percepções de liberdades ou vulnerabilidade diversos”. Não pretendemos generalizar a categoria, tendo como aporte a interseccionalidade, isto é, compreendendo a polissemia que a preenche. Entretanto, “quando se trata de violência, é amplamente documentado que sua vivência e sua percepção têm um corte de gênero: ela altera os hábitos de deslocamentos de mulheres, mais do que de homens” Ligia Fabris, *Vagão rosa e o banheiro feminino segundo a população da cidade do Rio de Janeiro; os espaços exclusivos entre discursos de proteção da mulher e mecanismos de disciplinamento da diversidade de gênero*, p. 241.

⁸ Simmel, em seus estudos sobre o comportamento de indivíduos nas cidades, salienta a existência de determinadas performances de “evitação”. Isto é, as pessoas preferem manter distância e impessoalidade nas interações – não se comunicam umas com as outras e não procuram ser identificadas umas pelas outras. O assédio nas ruas iria na direção contrária, por ser uma interação forçada com pessoas desconhecidas. Ver Georg Simmel, *A metrópole e a vida mental*, in: Otávio Guilherme Velho (org.). *O fenômeno urbano*, 1973.

Transeuntes, em geral, não se conhecem. Não são obrigados a manter vínculos e relações com as pessoas com as quais cruzam nas ruas. Sem uma sociabilidade capaz de assegurar o reconhecimento recíproco⁹ e uma simetria de respeito entre os indivíduos presentes nele, o espaço público pode se tornar um ambiente equivalente a um estado de natureza hobbesiano. Isto porque as interações tendem a reproduzir a desigualdade que está presente no tecido social – de raça, de classe, de capacidades psicomotoras e de gênero. Quando não há intenção de responsabilização, o cultivo de uma cultura de civismo, ou o apreço pela igualdade plena, há liberdade para a manifestação de qualquer ofensa.

Na contemporaneidade, a internet – apesar de ainda não alcançar grande parte da população mundial – possibilitou certa democratização da produção e circulação de conteúdo. Como em uma “esfera pública virtual”, uma pessoa pode tomar registro do que acontece em seu cotidiano e, ao fazer *upload* em uma rede, desde que consiga alcance de visualizações, poderá atrair pessoas, conhecidas ou desconhecidas, para que ouçam a sua história.

Neste compartilhamento de relatos com situações de sofrimentos semelhantes há uma potencialidade de se mudar percepções individuais sobre as próprias experiências e sobre as alheias. Isso significa que ao dar visibilidade para um tema vivido na experiência individual, os relatos podem alcançar outras pessoas que vivenciaram uma situação parecida. Foi esse o caso do assédio sexual – literalmente nomeado por causa da atuação de feministas¹⁰ na década de 1970 – e tem sido esse o caso do assédio público.

De acordo com Lemos¹¹, os novos meios de comunicação proporcionaram uma revolução nas formas de organização dos movimentos feministas, ao criarem novos espaços para a ação coletiva e difusão de informação. Kearl¹² aponta que, sobretudo a partir de 2010, em todo o globo houve um aumento de campanhas de ativistas, compartilhamentos de relatos e outras formas de engajamentos da sociedade civil em combate ao assédio público.

Essa disputa também tem sido construída no âmago das instituições públicas. Entretanto, como reflexo da complexidade do tema, não há consenso nem mesmo nos movimentos feministas sobre como a questão deverá ser tratada. Algumas das opções que observamos durante a execução da presente pesquisa foram possibilidades de tipificação penal do assédio nas ruas como conduta nova, a aplicação de institutos do Direito já existentes,

⁹ Axel Honneth, *A luta por reconhecimento*, 2003.

¹⁰ V. Catharine MacKinnon, *Sexual Harassment of Working Women: a case of sex discrimination*, 1979

¹¹ Marina Lemos, *Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas*, p. 9.

¹² Holly Kearl, *Stop Global Street Harassment*, p. 02.

campanhas de conscientização, responsabilização social de empresas, ou formas de se repensar o próprio planejamento urbano das cidades.

Mulheres organizaram e organizam movimentos para combater a negação de reconhecimento social e jurídico (Honneth, 2003), de representação política e poder econômico (Fraser, 2007). Em suas atuações procuram nomear e endereçar violências específicas que elas sofrem e que não foram consideradas pelas instituições modernas – porque estas foram criadas e concebidas pelo sexo masculino, devido à proibição de que mulheres participassem ativamente. Por consequência, a própria concepção sobre o que é e o que não é assunto de “relevância pública” possui marcadores ideológicos de classe e gênero.

Não surpreende a ausência de qualquer debate sobre o assédio público no ordenamento jurídico brasileiro até recentemente. A sobrerrepresentação masculina e branca implicou na subrepresentação dos demais grupos sociais. Questões específicas da vivência de minorias políticas foram como irrelevantes ao longo da modernidade. Direitos que possibilitassem o exercício da cidadania feminina foram e ainda vêm sendo incorporados gradualmente, justamente pela pressão de lutas sociais, por meio da agência de movimentos sociais e de mulheres engajadas que agiram estrategicamente em diversos momentos históricos.

Dado esse panorama, o objetivo do presente trabalho é apresentar como o assédio público, enquanto violência comum à experiência do que se compreende socialmente como sexo feminino, tem sido tematizado nas instituições públicas e quais as iniciativas para o seu combate. Temos duas hipóteses principais que poderiam explicar o aumento da relevância do assédio nas ruas no debate público: (1) o aumento de sua frequência, dado o aumento populacional nos centros urbanos – não excluindo a sua ocorrência em cidades pequenas ou ambientes rurais, mas apenas considerando que quanto maior o número de pessoas em uma localidade, maior será a sua frequência e também maior a possibilidade de visibilidade; (2) o aumento do compartilhamento de relatos, devido ao que pode ser conceituado como “engajamento individual-coletivo”¹³ de atores militantes em redes sociais, sobretudo, por intermédio de redes *ciberfeministas*.

¹³ Indivíduos que agem em uma plataforma virtual e não necessariamente pertencem a um movimento ou organização, mas cujo engajamento e ativismo está conectado a outros, configurando uma rede de atores e atrizes com pautas semelhantes.

Parte-se do pressuposto de que a presença de mulheres nos espaços de poder é de fundamental importância para atribuir relevância pública às questões específicas da experiência feminina, tendo em vista que a universalidade do Direito é uma falsa premissa.

Assim, no primeiro capítulo, foi traçado um breve panorama das transformações provocadas pelos movimentos de mulheres e feministas no Direito brasileiro. Foram destacados os recortes em ondas do feminismo no Brasil e a importância do ativismo virtual recente para a atribuição de relevância ao tema do assédio público. Para isso, foi realizado levantamento bibliográfico sobre a atuação de mulheres desde a Primeira República, tendo como principais fontes as produções das cientistas sociais e feministas históricas, Hildete Pereira e Lourdes Bandeira. Também foi consultado o Dicionário Histórico Bibliográfico do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica da Fundação Getúlio Vargas (DHBB – CPDOC/FGV), entre outros materiais de pesquisadores sobre o feminismo brasileiro. O foco do trabalho, neste primeiro capítulo, foram as recentes iniciativas feministas para responder à questão do assédio público – sobretudo, a partir do *ciberfeminismo*.

O segundo capítulo traz as definições sobre o que a literatura feminista tem compreendido como assédio sexual e assédio público – como se deu a construção destes dois conceitos, suas semelhanças e diferenças, as implicações sobre a vida das mulheres e as razões para que estes sejam considerados relevantes dentro da gramática dos direitos. Como aportes teóricos foram observados os trabalhos das feministas norte-americanas, Catharine MacKinnon, Cynthia Bowman Grant, Michaela Di Leonardo e Holly Kears¹⁴. A seleção foi realizada tendo em vista que as obras de MacKinnon e a sua atuação litigante influenciaram a produção legislativa sobre assédio sexual no âmbito do trabalho não apenas nos Estados Unidos – a legislação sobre o tema foi praticamente importada pelo Brasil em 1994. Já Bowman, Di Leonardo e Kears, sistematizam a questão do assédio público no ordenamento norte-americano. A literatura sobre assédio público no Brasil ainda é extremamente incipiente, não havendo grandes produções sobre o tema.

¹⁴ O debate sobre o “assédio público” ganha seus primeiros contornos nos escritos de Michaela di Leonardo, nos Estados Unidos na década de 1980, sendo esta autora pioneira ao propor sua definição teórica, diferenciando-o do assédio sexual. O último, concebido a partir de estratégias da advogada feminista Catharine MacKinnon como interpretação expansiva do Título VII da Constituição norte-americana, referente à discriminação de gênero no ambiente de trabalho, ficou restrito às ocorrências a estes espaços. Já o “assédio nas ruas” ou “assédio público”, como propõem Cynthia Grant, ocorreria quando um ou mais homens estranhos abordam uma ou mais mulheres num espaço público que não é seu local de trabalho e, por meio de olhares, palavras, ou gestos requisitam, forçadamente, a atenção feminina.

Nas redes sociais, a precursora desse debate foi a campanha *Chega de Fiu Fiu*, engendrada pela Organização Não Governamental *Think Olga*, em 2013. A hipótese deste trabalho é que a mobilização de mulheres em torno do tema, a partir de engajamento individual-coletivo no escopo da sociedade civil, sobretudo por meio do ativismo cibernético, pode estar impulsionando a entrada deste debate no Poder Legislativo. Resta saber se este movimento se dá (1) por apropriação das demandas dos movimentos de mulheres devido a um fenômeno característico das sociedades de risco conceituado como *populismo penal*¹⁵; ou se (2) de fato os remédios legislativos estão atendendo às demandas dos movimentos feministas sobre o tema.

Para confirmar essa hipótese, a pesquisa se baseará em um levantamento dos projetos de lei e propostas de organizações da sociedade civil sobre assédio público. Para sistematizar a análise empírica das justificativas dos projetos e de tais propostas, a pesquisa os classifica em três perfis distintos: *clássico*, *institucional-criativo* e *supercriativo*. A explicação mais aprofundada dessas chaves está no tópico subsequente, no qual é feita a explanação sobre metodologia e hipóteses.

No último capítulo, foram feitos levantamentos de relatórios da ONU, especificamente da organização *Safe Cities*, dentro da ONU-Habitat, para compreender os efeitos do assédio público na experiência feminina das cidades. Também foram feitas análises de materiais produzidos recentemente por movimentos sociais e ciberativistas, como a Organização Não-Governamental, sediada em Washington-DC, Stop Street Harassment (SSH)¹⁶ e o movimento de Mulheres Caminhantes¹⁷, em São Paulo. Todos estes buscam repensar a forma de produção das políticas de urbanismo para a construção de cidades mais inclusivas. A literatura sobre urbanismo e relatórios do Comitê da ONU *Gender Inclusive Cities Program* (GICP)¹⁸, contêm pesquisas empíricas sobre propostas coletivas no âmbito da sociedade civil em relação às políticas públicas atuais de gerenciamento da vida urbana.

Concluindo, o que se espera responder com essa pesquisa é o quanto as instituições representativas têm se comunicado com as demandas da sociedade civil organizada. O trabalho

¹⁵ GARLAND, David. *As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico*. Revista de Sociologia e Política, n. 13, p. 59-80, 1999.

¹⁶ A escolha da observação do movimento SSH se deu pela relevância da organização. Ela atua desde 2008 contando com correspondentes em seu *website* em diversos países, como Brasil, Índia, Inglaterra, Estados Unidos, entre outros.

¹⁷ A organização Mulheres Caminhantes

¹⁸ O Comitê possui como objetivo principal a identificação e disseminação efetiva de abordagens que promovam a igualdade no acesso aos espaços públicos, ou seja, aprimorar a inclusão das mulheres no que se tem conceituado como “direito à cidade”.



pretende ser uma contribuição tanto para estudos sobre o tema específico do assédio em espaços públicos, quanto para estudos sobre movimentos sociais e comportamento legislativo.

Metodologia e Objetivos

A produção legislativa sobre o tema do assédio público tem sido alvo de pouco consenso. De um lado, parlamentares de partidos conservadores abordam a temática sob a ótica da aplicação do Direito Penal ou do punitivismo¹⁹. Por outro lado, agentes produtores de políticas públicas têm optado por outras alternativas, com o objetivo de alterar a própria experiência subjetiva dos sujeitos em relação à cidade. A pesquisa procura, assim, apresentar de quais formas esta agenda tem sido mobilizada. Classificamos, inicialmente, variações entre (1) um discurso da aplicação *clássica* do Direito, em torno do punitivismo penal, com mecanismos compensatórios e repressivos, e outras soluções, as quais nomeamos como (2) *institucional-criativas* e (3) *supercriativas*.

Estas duas últimas classificações são emprestadas da tese de Daniel Vargas²⁰ sobre os perfis dos juristas na contemporaneidade. Como “juristas”, Vargas (2014) compreende tanto acadêmicos do Direito como influenciadores de desenhos institucionais. Os classifica em três grupos distintos: clássicos, críticos e criativos²¹. Para ele, os perfis clássico e críticos teriam sido os preponderantes na modernidade, sendo o primeiro um perfil de jurista formalista, que aplica a lei sem pensar nas consequências práticas e, o segundo, um perfil de jurista “pouco-prático”, que olha para o Direito como uma forma de dominação de classe, mas não é capaz de realizar nada para colocar em seu lugar. Vargas vê assim um novo perfil de juristas que surge e que é necessário para fazer avançar a cultura de direitos: os juristas criativos. Eles atuam de forma inovadora, fazendo do Direito o seu ateliê. Pegam os institutos existentes e transformam em coisas novas para atender a seus projetos.

A presente pesquisa, focalizada não nos perfis de juristas, mas nos perfis de legisladores, vê um primeiro grupo, mais preponderante, atuando no Legislativo contemporâneo, composto por aqueles que atribuem à produção normativa o poder central de “mediar a dinâmica de

¹⁹ Para Garland (1999), a punitividade é não mais que uma dimensão de um tipo de repressão criminal mais complexa e mais contraditória. Envolve a maior severidade em relação às penas anteriores.

²⁰ Daniel Vargas, *Jurista Criativo*, 2014.

²¹ Nessa classificação, Vargas observa os perfis predominantes de juristas no século XX. Os juristas clássicos seriam oficialistas que aplicam as leis como escritas. Os juristas críticos são antioficialistas e pensam que as leis expressam valores sociais hegemônicos os quais, por sua vez, são engendrados pelas elites político-econômicas. Os juristas criativos são, ao mesmo tempo, ambos. Usa as estruturas do a favor de suas causas e, “ser um jurista criativo não exige atuar em um dos órgãos do sistema judiciário. E nem mesmo ser bacharel em Direito. Basta ser um artista de instituições. Conhecer o Direito, sua história e sua prática, neste contexto, é fundamental para o jurista criativo, mas não pelo simbolismo que o diploma carrega, e, sim, pelo domínio dos meandros da cultura jurídica e identificação das melhores oportunidades de avanço, em meio às dificuldades” (Idem, *ibidem*, p. 95). Dessa forma, não é exigível ser um operador do Direito para conseguir redesenhar as instituições a fim de mudar as práticas sociais.

progresso coletivo”²². A este grupo denominamos como *legisladores clássicos* porque, assim como os *juristas clássicos*, acreditam que a aplicação normativa do Direito é o principal mecanismo para a resolução dos conflitos sociais.

O perfil que Vargas concebe como *jurista crítico* é uma exceção à classificação proposta por esse trabalho. Exceção porque, ao mesmo tempo em que está “fora” da análise, alimenta os demais dois perfis de legisladores categorizados por essa tipologia. Ao contrário dos juristas, os legisladores estão em uma posição que lhes impõe a necessidade de operacionalização das normas. A sua profissão exige uma atuação propositiva por essência. Eles precisam criar projetos e não apenas produzir críticas ao estado das coisas. Assim, o *crítico* imperiosamente informa a produção *criativa* da legislação. Os legisladores que criticam uma forma de lei precisam criar uma alternativa. A sobreposição de uma proposta antiga necessariamente se dá pela criação de uma nova proposta. O impulso *crítico* é, portanto, vinculado simbioticamente às proposições *criativas* que procuram redesenhar as instituições.

Dessa forma, ao segundo grupo foi atribuído o nome de *institucional-criativo*, equivalendo aos que veem com *crítico* a aplicação clássica do Direito, mas que, entretanto, observam a intervenção direta do Direito como caminho para se (r)estabelecer as simetrias nas relações entre os indivíduos. A produção normativa seria um *ateliê*, no sentido em que procuram soluções alternativas para compensar as vítimas e produzir justiça social. Diferenciam-se assim de um terceiro perfil de legisladores que são informados por uma nova forma de se pensar o Direito e os regulamentos que informam a vida social.

Este terceiro grupo, nomeado como *supercriativo*, é uma radicalização dos *institucionais-criativos*, pois pensam não apenas na produção de justiça social pela aplicação direta das regras (isto é, na produção de novas leis que possam ser aplicadas pelo poder punitivo estatal de forma mais justa). Este perfil procura conceber projetos que possam impactar o próprio comportamento dos indivíduos, gerando *outputs* na própria prática social. Os estatutos e regulamentos que propõem tornam desnecessária a aplicação do Direito em momento posterior a sua instituição. No que se refere ao assédio público o *ateliê* deles seria a área de planejamento urbano. Visam a alteração das formas de interações dos indivíduos com as suas cidades, em um debate que tem como cerne a própria compreensão do direito à cidade²³. Buscam formas de impedir ou, ao menos, atenuar que as desigualdades presentes no tecido social impactem as interações e experiências da urbe.

²² Idem, *ibidem*, p. 83.

²³ Henry Lefebvre, “*O Direito à Cidade*”, 1969.

Tabela 1: Classificação dos perfis de produtores de políticas públicas

	Clássico	Institucional-Criativo	Supercriativo
Aplicação do direito	Direito para repressão/compensação	Direito alternativo para prevenção/compensação	Direito alternativo pode mudar as regras do jogo
Forma de atuação	Punitivismo	Punitivismo Respostas dentro do Direito	Planejamento urbano Respostas fora do Direito
Finalidade	Regras podem dissuadir comportamentos	Regras podem restituir a simetria nas relações entre atores sociais	Regras podem impulsionar novas práticas sociais

A análise se centrou nos Projetos de Lei elaborados na Câmara Federal, por ser mais representativa da relevância nacional atribuída ao tema. Em um momento inicial, alguns destes materiais apontaram que as principais movimentações de feministas no Brasil têm buscado a categorização e tipificação do assédio público, compreendendo-o como problema social que inibe a realização plena da cidadania feminina. O principal articulador do tema tem sido a Organização Think Olga, com a campanha virtual *Chega de Fiu Fiu* de 2013, que procurou dar visibilidade ao tema. Uma de suas conclusões mais significativas foi o fato de que as mulheres possuem medo de caminhar nas ruas, devido a sua condição de gênero. Nessa pesquisa, de 7.762 participantes, 83% das participantes afirmaram não gostar do que ouvem nas ruas, 81% já deixaram de fazer tarefas cotidianas por medo do assédio, 90% já mudaram suas vestimentas a fim de evitar o assédio, 85% já sofreram com a chamada “mão boba”.

Apesar de certas questões metodológicas, já que a pesquisa consistiu em um *survey* realizado online e 80% das respondentes moravam no Sul e no Sudeste, locais onde há uma maior inclusão digital²⁴, os dados refletiriam em grande medida o impacto do assédio no cotidiano feminino. As integrantes da organização acreditam na necessidade de que o tema seja identificado como motivador de restrições a liberdades básicas – de mobilidade e vestimenta, por exemplo –, como gerador de insegurança e como uma expressão da desigualdade entre homens e mulheres no espaço público. Assim, obstinam o reconhecimento jurídico para a punição dos atores e compensação das vítimas, acreditando que a inexistência de tipificação e

²⁴ Paula Sibília, *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*, p. 25.

a impossibilidade de requisitar indenizações simbolizam negligências do Estado sobre a cidadania feminina.

A pesquisa da *Think Olga* foi o “pontapé” para a produção legislativa sobre o tema, que se inicia em 2014²⁵. Essa incorporação provoca a primeira questão deste trabalho: o engajamento coletivo de mulheres é capaz de influenciar o debate público? Nos importa, entretanto, não apenas saber se o debate sobre assédio nas ruas tem chegado às instituições públicas, mas de quais formas isso ocorre e quais as respostas oferecidas pelos – na produção legislativa e de políticas públicas.

Diante desse quadro, são estes os objetivos específicos deste trabalho: compreender qual a recepção das demandas de movimentos feministas no Legislativo; e entender qual perfil de legislador é mais apto a responder a tais anseios.

Importante ressaltar que a presente pesquisa não pretendeu ser ou construir uma avaliação das políticas públicas, tendo em vista que não houve uma investigação empírica das medidas e iniciativas já implementadas. A expectativa é, apenas, trazer luz ao debate sobre a produção de políticas públicas em relação ao assédio nas ruas, tendo observado os dissensos entre as iniciativas produzidas por múltiplos atores e atrizes do debate, tanto no Legislativo quanto em movimentos sociais.

²⁵ A campanha “Chega de Fiu Fiu” foi, inclusive, articulada pelo parlamentar Romário (PSB/RJ) em sua página pessoal no Facebook, quando reapresentou o projeto em forma de Projeto de Lei do Senado, em 2015, no mandato subsequente. Fonte: <https://www.huffpostbrasil.com/2015/04/01/romario-reapresenta-projeto-de-lei-para-criminalizar-assedio-em_a_21672981/> Último acesso em 29 de junho de 2018.

1. Feminismo em ondas: do sufrágio ao *ciberativismo* contra o assédio

O presente capítulo, de teor teórico, tem como objetivo apresentar os conflitos por direitos das mulheres, os quais tiveram a capacidade de impulsionar transformações nas instituições públicas. O panorama, a partir da classificação do feminismo em “ondas”²⁶ – uma tentativa epistemológica de reunir as reivindicações em maior evidência de acordo com determinados momentos históricos –, almeja apresentar os caminhos da gradual luta por reconhecimento jurídico de mulheres. Tais conquistas de direitos e de espaços nas instituições públicas seriam fundamentais para a ampliação do que é percebido socialmente enquanto violência, o que conforma o debate recente em torno do assédio.

Reivindicações de movimentos feministas por mutações no Direito procuraram denunciar questões que marcam a experiência social das mulheres – desigualdade de direitos, econômica, política, no mercado de trabalho formal e informal, nas políticas públicas, sexual e reprodutiva. Apesar de defrontarem-se com entraves institucionais, a história dos direitos de mulheres no Brasil é permeada por ativistas engajadas responsáveis por vitórias significativas. Em atuações diretas ou se engalfinhando nas brechas possíveis dentro das instituições, a atuação de mulheres organizadas foi fundamental para a incorporação das pautas feministas no debate público.

O que tem sido compreendido atualmente como quarta onda²⁷ do movimento feminista refere-se às lutas de mulheres e ativistas que têm procurado explicitar e combater violências cotidianas, unificando-se em redes plurais, sobretudo a partir da internet. As lutas contra o assédio público, por exemplo, ganham ascensão principalmente por meio campanhas virtuais.

²⁶ “Longe de serem estanques, tais momentos conservam uma movimentação natural em seu interior, de fluxo e refluxo, e costumam, por isso, ser comparados a ondas” DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*, p. 152.

²⁷ Tania Swain (UNB) afirma em entrevista ao site Deutsche-Welle Brasil que “esse ativismo faz parte da resistência e reivindicação das mulheres e das jovens que se rebelam contra as violências cotidianas. É uma manifestação de repúdio contra a tendência dos homens de considerar que todas as mulheres são pasto para seus desejos. Isto é algo de grande importância, pois a maioria das meninas são ensinadas a não revidar, a não fazer escândalo, a não dizer não”. Fonte: Karina Gomes, *Ativismo digital e a nova onda do feminismo*, Deutsche-Welle Brasil, 06 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/ativismo-digital-e-a-nova-onda-do-feminismo/a-18832050>> (Último acesso em 26 de junho de 2018).

1.1. As ondas do feminismo brasileiro

O contexto de queda dos regimes aristocráticos ao longo dos séculos XVIII e XIX, nos quais a cidadania era definida a partir do status de nascimento dos indivíduos, impulsionou outras lutas por igualdade nos séculos subsequentes. Como aponta Tocqueville²⁸, em sua observação sobre a vida e as instituições da democracia nos Estados Unidos, a primeira e mais viva das paixões que a igualdade de condições originaria seria o amor por este próprio valor. Isso significa que, quando o paradigma da igualdade de condições passasse a ser o hegemônico – já que foi este o argumento da burguesia para desconstituir os privilégios naturais da aristocracia –, não demoraria muito para que outros grupos sociais o utilizassem estrategicamente, questionando suas próprias situações de subordinação e de cidadanias de segunda-classe. Foram os casos dos movimentos abolicionistas, feministas e trabalhistas. Houve uma generalização do engajamento de múltiplas formas pelo “direito a ter direitos”, como conceitua Hannah Arendt²⁹.

Numa tentativa de mapear os principais momentos em que o feminismo brasileiro chegou mais perto de concretizar suas bandeiras, Constância Duarte propõe a sua classificação em quatro ondas: em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970. A primeira delas, tendo como figura proeminente a escritora e militante Nísia Floresta³⁰, pode ser identificada pela bandeira do acesso à educação e pela “tomada de consciência” de mulheres como sujeitos de direitos. Em meados do século XIX começariam a surgir os primeiros jornais com direção feminina, como *O jornal das senhoras*, pautando a superação da condição de cidadania passiva das mulheres. A segunda onda, como identificado por Duarte, tem como pauta fundamental a ampliação da educação e o primeiro momento dos movimentos sufragistas, em aliança com os movimentos abolicionistas. Neste segundo momento, Duarte aponta que os jornais tiveram a importância de divulgar as agendas feministas e corroborar com a conscientização das lutas por direitos das mulheres³¹. Dentre as principais jornalistas da época, Duarte destaca Josefina Álvares de

²⁸ “É natural, pois, que o amor à igualdade cresça constantemente com a própria igualdade; ao satisfazê-la, nós a desenvolvemos” (Aléxis de Tocqueville, *A democracia na América*, p. 516).

²⁹ Hannah Arendt observa que o sentimento do direito a ter direitos se constrói de forma subjetiva, sendo relativo a como o indivíduo existe em relação a seu grupo. Equivale ao direito de pertencer a uma comunidade, sendo reconhecido como membro desta pelos demais. Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*, p. 330.

³⁰ Responsável por uma tradução livre da obra “Vindication of Women’s Rights” da inglesa Mary Wollstonecraft, chamando a obra de “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”.

³¹ “Outros jornais surgiam, como *O domingo*, e o *Jornal das damas*, ambos em 1873, para atender às solicitações das brasileiras. E além dos conselhos sobre a vida doméstica, das receitas e as novidades da moda, junto às emoções do romance-folhetim e dos poemas, traziam artigos clamando pelo ensino

Azevedo, que teve papel preponderante na luta sufragista. A terceira onda, com marco temporal no início do século XX, se caracterizaria pela concretização da luta sufragista, tendo como figuras proeminentes a bióloga Bertha Lutz, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Maria Lacerda de Moura, aliada da causa operária, além de Leolinda Daltro, Alzira Soriano, entre outras. Em 1932, as mulheres alcançam o direito ao voto, mas a exclusão feminina da esfera pública ainda seria ainda nos dias atuais um obstáculo de difícil superação. A quarta onda do feminismo poderia ser caracterizada por uma revolução sexual, com figuras como Rose Muraro, fundadora do Centro da Mulher Brasileira.

No campo político, entretanto, apenas a partir da luta coletiva, mulheres conseguiram levar para frente algumas das agendas que concernem à desigualdade sexual. Como resultado da histórica exclusão das mulheres no Brasil, as principais instituições públicas têm, ainda hoje, negligenciado tais questões, ausentes do debate público.

A sub-representação no Legislativo e a insuficiência de canais de participação podem ser chaves explicativas da ausência de assimilação de demandas, não apenas femininas, mas de camadas populares, em geral. Vive-se, no Brasil, um cenário de desigualdade de gênero institucionalizada, como mostram, por exemplo, Araújo e Borges³², além de Biroli e Miguel³³. Acredita-se que este cenário de sobrerrepresentação masculina e privilegiada tem afetado as escolhas de políticas públicas, no sentido em que minorias políticas não são chamadas para participar ativamente dos processos que envolvem o desenho e implementação de *policies* e a própria compreensão do que é relevante para o debate público é definida (e tem seus significados compartilhados coletivamente) pela elite política no poder. Materialmente, a Constituição, as leis, as instituições que conformam o Estado, etc., todos os estatutos que governam a vida dos cidadãos e que informam o que integra o “interesse público”, negligenciando a própria existência daquilo que não, são elaborados por tais grupos que possuem poder social para tal.

Diante do cenário de desigualdade de gênero, a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, construiu recomendações a serem seguidas pelos Estados-membros da ONU. O que ficou conhecido como “Plataforma de Beijing”, foi o impulsionador da criação da

superior e o trabalho remunerado.” DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e literatura no Brasil*, p. 157.

³² V. ARAÚJO, Clara e BORGES, Doriam. *O ‘gênero’, os ‘elegíveis’ e os ‘não elegíveis’: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010*, in: ALVES, J. E. D.; Pinto, C. R. J; Jordão, F. (org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo, ABCP/SPM, 2012. P. 337-386.

³³ V. BIROLI, Flavia. MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) em âmbito federal – somente em 2003. Sob a gestão da feminista histórica Nilcéa Freire (2004-2010), a SPM tentou colocar em pauta todas as reivindicações dos movimentos feministas em relação às políticas públicas de gênero dos anos 1980. Seu papel-chave seria encorajar estados e administrações municipais na criação e implementação de políticas públicas transversais, em nível local, para promover a redução da desigualdade entre homens e mulheres. O “Plano Nacional de Políticas para Mulheres”, formulado por essa Secretaria Nacional, serviria como um guia-orientador para os outros entes da federação que deveriam, por sua vez, criar medidas mais específicas objetivando atender as necessidades particulares de mulheres, que se distinguem em cada localidade. No entanto, até hoje, diversos municípios³⁴ não possuem planos voltados para o endereçamento das questões atinentes ao gênero.

Segundo Bandeira e Pereira de Melo³⁵ a agenda do PNPM procura endereçar a falta de organismos de políticas específicas para mulheres³⁶ na administração pública e o baixo orçamento para estas políticas; o combate à criminalização do aborto; a falta de dados sobre questões específicas de gênero para que melhores decisões possam ser tomadas e a consequente baixa transversalidade nas políticas públicas; a denúncia da divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados; o *enforcement* para que mulheres ocupem espaços de poder e decisão.

Outra iniciativa importante da PNPM foi a criação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência. Derivando desta, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) deu destaque à subalternização feminina em relacionamentos afetivos e familiares em suas múltiplas expressões. Estabeleceu a tipificação da violência doméstica, tendo natureza de ação afirmativa, em prol da promoção da igualdade material entre homens e mulheres. O debate foi levado à frente por atuação da SPM/PR³⁷. Procurou assim, definir como obrigação do Estado a proteção

³⁴ No Rio de Janeiro, por exemplo, o “Dossiê-Mulher” (ISP - Instituto de Segurança Pública), de 2015, aponta que mulheres registraram 56.031 ocorrências de violência física em 2014 e a estimativa de violência doméstica seria de quase 80 casos diários. Nos casos de tentativas de homicídio, não são raros os casos em que os acusados possuíam algum tipo de vínculo afetivo com a vítima - 33,8% eram parceiros, ou ex-parceiros; 3,8% eram seus pais ou padrastos. Uma das políticas públicas pensadas para a resolução da problemática da violência doméstica foi a criação das casas de atendimento, voltadas às vítimas, cis e transsexuais. Mesmo com esse cenário, no Rio de Janeiro, existem apenas cinco casas de acolhimento e não houve implementação de braços da SPM, como demandado pelo PNPM.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 41.

³⁶ De acordo com Tatau Godinho (2000), falar de políticas públicas para as mulheres, em uma perspectiva feminista, é falar de políticas que incidam sobre as desigualdades de gênero e suas intersecções com classe, raça, sexualidade etc., as quais possuem raízes profundas na divisão entre os âmbitos público e privado na sociedade e na construção da cidadania das mulheres.

³⁷ Hildete Pereira de Melo e Débora Thomé, *Mulheres e Poder*, p. 168.

de mulheres que, anteriormente, internalizavam todos os custos das relações violentas no âmbito privado.

A naturalização da ideia de que homens possuem o direito de controlar vidas e corpos femininos, seria incompatível com a igualdade entre homens e mulheres que orientaria as instituições e valores de um Estado democrático. Dessa forma, o papel do Estado, enquanto gestor da vida social, tendo como norte a produção de uma sociedade livre, justa e igualitária, deve ser o de assegurar às mulheres uma existência digna. Com essa narrativa, estrategicamente, os movimentos de mulheres conseguiram levar ao debate público um problema antes compreendido como privado.

A criação da SPM em 2003, que teve os PNPMs como frutos, simbolizava uma conquista social, tendo sido impulsionada pelos movimentos feministas e por múltiplas redes de mulheres. Em 2016, entretanto, na etapa final do impeachment de Dilma Rousseff, a SPM foi integrada às pastas de Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que se tornaram um Ministério único. De acordo com Pereira de Melo e Thomé³⁸, a SPM ainda contava com orçamento próprio e tinha como principal objetivo a manutenção das políticas já implementadas, mesmo no cenário de crise econômica. Quando o processo de impeachment termina e Michel Temer assume a presidência, a Secretaria foi transferida para o Ministério da Justiça e o projeto de um novo Plano de Políticas para Mulheres não se realizou.

Como observa MacKinnon³⁹, em sociedades dominadas por homens, o ponto de vista masculino é o predominante. Um aparelho institucional capaz de impulsionar mudanças do Estado por dentro, a partir da criação de políticas direcionadas para mulheres, seria um passo importante para produzir alterações acerca do que é compreendido como assunto de relevância pública. Assim, seria possível ressignificar o conceito de “relevância pública”.

1.2. Reformando a cultura: propostas ao enfrentamento da subordinação sexual

Na “onda” de avanços feministas, visando à cidadania de mulheres, alguns avanços foram obtidos ao longo das duas últimas décadas, por pressões de movimentos e de mulheres engajadas nas instituições públicas. Numa tentativa de desnaturalizar a violência contra a mulher, sobretudo, a doméstica, foram promulgadas a Lei “Maria da Penha”⁴⁰ em 2006 e a

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 158.

³⁹ Catharine MacKinnon, *Toward a Feminist Theory of State*, p. 237

⁴⁰ Como ficou conhecida a Lei 11.340/2006 que criou mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher.

alteração do Código Penal⁴¹, que tematiza o femicídio/feminicídio como modalidade qualificadora do crime de homicídio em 2015.

Pandêmica, a violência de gênero se manifesta de muitas maneiras. Na esfera do trabalho, conceituar o assédio sexual foi tarefa árdua protagonizada por diversas feministas engajadas em estratégias de litigância e de lobby legislativo. Compreendendo tal conduta como uma imposição não requisitada de desejo sexual, assim como as violências domésticas, o assédio existe por existir também uma hierarquia de poder – social e econômico – entre os gêneros.

1.2.1. O assédio sexual no ambiente de trabalho

A luta pelo enfrentamento ao assédio no local de trabalho, que começa a ganhar seus contornos nos Estados Unidos na década de 1970, passa a ser elaborada pelo ordenamento jurídico brasileiro, a partir de 2001 com a aprovação da Lei 10.224⁴². Como parte de uma demanda de igualdade de gênero no mercado de trabalho, um tipo de igualdade formal, a questão do assédio já aparecia nos anos 1930 nos escritos de Pagu, como observa Rago⁴³,

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado é constituído por mulheres e crianças. E são vários os artigos da imprensa operária que, assim como o romance de Pagu, denunciam as investidas sexuais de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras e que se revoltam contra as situações de humilhação a que elas viviam expostas nas fábricas.

Compõe esta luta, também, a demanda por uma ação mais positiva do Estado. A diferença de poder político-econômico entre homens e mulheres exigiria mecanismos e ações que protejam e assegurem às mulheres um ambiente de trabalho não-hostil. Esta faceta permite a consideração de se tratar, em realidade, de um caso de luta por igualdade material.

⁴¹ Com a Lei 13.104/2015, foram acrescentados ao artigo 121 do Código Penal de 2003 os incisos VI e o parágrafo 2-A, estabelecendo aumento de pena para o assassinato de mulheres e meninas decorrente da discriminação de gênero. Também foi alterada a Lei de Crimes Hediondos (8.072/1992), inserindo o feminicídio em seu rol taxativo.

⁴² O texto da lei de 2001, que altera o Código Penal, em seu artigo 216-A, fala que assédio sexual é o ato de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. BRASIL, Lei 10.224/2001, artigo 1º.

Limita, assim, o assédio à conduta praticada por pessoa que exerce uma função de poder sobre o empregado subordinado.

⁴³ Margareth Rago, *Trabalho feminino e sexualidade*, p. 578.

Dessa forma, em 2003, a Lei 10.778 trata especificamente da questão feminina no mercado de trabalho, tendo positivado no artigo 1º, §2º, II⁴⁴ como uma expressão de violência contra a mulher. Não sendo específico do contexto brasileiro, o assédio sexual se torna parte do debate público a partir da atuação de feministas radicais, como Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin. Os esforços se concentraram numa tentativa de tornar esta interação inteligível como uma forma de afirmação da exploração da mulher pelo homem, o qual possuiria poder político e econômico para tal.

Na prática litigante, MacKinnon definiu o assédio como uma imposição involuntária de requisitos sexuais em relações assimétricas de poder. Foram problematizados a sua profunda naturalização na sociedade e o seu papel na manutenção da condição de subordinação sexual e econômica das mulheres. Em suas palavras, o assédio sexual no ambiente de trabalho seria uma imposição de desejo masculino capaz de enfraquecer “o potencial da mulher para a igualdade social de duas formas interligadas: utilizando o seu posto como empregada para coagi-la sexualmente, enquanto utiliza a sua posição sexual para coagi-la economicamente”⁴⁵.

Rita Sousa⁴⁶ compreende que dentro do comportamento do assediador estaria não apenas o intuito de exercício de atos sexuais, em sentido estrito, mas um impulso de dominação e exercício de poder.

(...) a motivação para este comportamento tanto poderia encontrar-se no mero desejo sexual como na utilização da sexualidade para o reforço da posição de poder masculina, portanto, exercido hierarquicamente, na vertical, do chefe para a subordinada, do homem para a mulher.

O assédio sexual envolveria, assim, o agenciamento de múltiplas formas de exercício de coerção, mais relativos à sexualidade em sentido amplo do que a atos sexuais em sentido estrito. Seria, nessa leitura, um mecanismo de poder.

De acordo com MacKinnon⁴⁷, somente foi possível a existência de uma legislação para tratar do assédio, primeiro no âmbito do trabalho e depois no âmbito das universidades, porque algumas mulheres sofreram sérias violações para lutar por essa conquista. A lei anti-assédio, que considera o ato a partir do ponto de vista da vítima, seria, assim, uma criação feminista.

⁴⁴ “§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que: (...) II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar;” BRASIL, *Lei 10.778/2003*, artigo 1º.

⁴⁵ Catharine MacKinnon, *Sexual Harassment of Working Women: a case of sex discrimination*, p. 07.

⁴⁶ Rita Sousa, *Teorias feministas do direito: a emancipação do direito pela mulher*, pps. 77-78.

⁴⁷ Catharine MacKinnon, *Le féminisme irréductible: discours sur la vie et la loi*, p. 109

Em suas palavras “as feministas foram as primeiras a concatenar suficientemente as séries de experiências femininas para revelar o problema, o conceituar e o perseguir judicialmente”⁴⁸.

A lei foi concebida como uma forma prática de enfrentar esse problema. Nesse sentido, para MacKinnon, o efeito fundamental da lei foi o de permitir que mulheres pudessem dar nome à violência que sofriam e pudessem, ao menos, buscar pelo amparo legal⁴⁹. No cenário anterior, o silêncio era imposto às vítimas como parte da própria violência, devido à assimetria de poder econômico e social entre vítima e perpetrador. O Estado, ao não considerar o assédio como violência em suas instituições, reforçava o silêncio em relação ao problema, que era naturalizado socialmente, i.e., lido como parte da vida pública e risco que as próprias mulheres se colocavam, ao escolherem entrar no mercado de trabalho.

Esse tipo de leitura do direito compreende que, apesar do seu papel como estruturador e reprodutor de opressões sócio-históricas – MacKinnon também demonstra que as leis anti-assédio reforçam a sua feição paternalista⁵⁰ -, ele pode ser utilizado para o reconhecimento de demandas de grupos excluídos, visando a reparação de violências. Isto é, apesar de as legislações e as instituições jurídicas exercerem um papel de “tutelar” as mulheres, a criação desses institutos seriam o cumprimento de uma parte da promessa de igualdade do liberalismo, ao permitir que vítimas, ao menos, possam buscar a compensação por violências sofridas. Já que o direito é a gramática comum, a métrica da vida pública, mulheres deveriam poder acessá-lo para requisitar indenizações quando fossem vítimas de violências. Nesse sentido, as normas que visam o enfrentamento de violações sexistas trariam conforto às vítimas e o sentimento de pertencimento a uma comunidade.

Para Honneth (2003), essa consideração seria um passo fundamental para a construção do autorrespeito e da autoestima de um grupo. Dar relevância pública ao assédio como violência poderia fazer parte do que o sociólogo alemão conceitua como “reconhecimento jurídico”, em sua proposição de uma teoria de justiça. Para Honneth, em uma sociedade em que grupos sociais ou indivíduos sofrem com ofensas e desrespeitos – compreendendo a categoria “respeito” a partir da leitura kantiana⁵¹ – haveria uma situação de injustiça sendo esta o motor dos conflitos

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 110. Tradução livre.

⁴⁹ “Elles ont obtenu un lieu de débat, une légitimité de parole, le pouvoir d’engager des poursuites, et la possibilité d’obtenir réparation.” Idem, *ibidem*.

⁵⁰ Mulheres seriam reduzidas, por essa feição paternalista, à condição de cidadãs passivas, como observa Michelle Perrot. “Cidadãs passivas, as mulheres têm direito de proteção de suas pessoas e de seus bens, elas são feitas para serem protegidas”. Michelle Perrot, *Minha história das mulheres*, p. 152.

⁵¹ Na filosofia dos costumes de Kant o dever do respeito aparece como a obrigação de um indivíduo de não degradar outros seres, reduzindo-os a um mero meio para os seus fins. Esse pensamento influenciou

sociais. Inspirando-se nas críticas aos contratualistas propostas por Hegel⁵², Honneth⁵³ observa que a autonomização do sujeito na vida social só é possível quando este é reconhecido em três esferas: afetiva, jurídica e social, e

(...) para cada uma dessas etapas há uma instituição correspondente: o matrimônio, a sociedade civil e o Estado. Os efeitos do reconhecimento em cada uma das esferas podem ser percebidos da seguinte forma: o reconhecimento através da esfera amorosa me dá auto-confiança; na esfera do direito, ganho auto-respeito e; na esfera da solidariedade, desenvolvo a auto-estima. Para Hegel, só serei um ser humano auto-realizado quando obtiver reconhecimento nessas três dimensões.

A compreensão do autorrespeito ocorre, para Honneth, na medida em que os direitos permitem a consciência de que é também merecedor de respeito pelos demais membros de uma comunidade. Integra o seu senso de “direito a ter direitos”.

A inexistência do reconhecimento de direitos de um grupo em um ordenamento faz com que este sofra diretamente com a sua falta. No caso feminino, o problema do assédio sexual foi invisibilizado até a década de 1970, o que se evidencia pela ausência do tratamento deste como violência na esfera jurídica. A negligência do Estado seria, assim, a estabilização de um estado de coisas de desigualdade e ao mesmo tempo, o seu próprio reforço.

No contexto norte-americano, a estratégia litigante das feministas foi levar à frente a compreensão de que as práticas de assédio conformariam um “ambiente de trabalho hostil”⁵⁴, no qual a atmosfera, extremamente carregada pela discriminação sexual, não permitiria que as mulheres se envolvessem com o trabalho de maneira efetiva⁵⁵. Em decorrência dessa compreensão a construção jurisprudencial⁵⁶ reinterpretou o Título VII da Lei dos Direitos Civis,

a formação das instituições democráticas modernas, traduzindo-se no conceito de pluralismo e na rejeição ao tratamento discriminatório.

⁵² Hegel, em sua *Fenomenologia do Espírito*, critica o indivíduo atomizado da teoria contratualista, visualizando que a constituição da subjetividade se dá a partir das relações intersubjetivas, não existindo um padrão universal de comportamento que possa determinar os indivíduos. A visão hegeliana do comportamento social, assim, permite a compreensão de que as ações dos indivíduos não podem ser resumidas a uma racionalidade abstrata.

⁵³ Axel Honneth, *Luta por reconhecimento*, p. 22.

⁵⁴ Carolyn Grose. *Same-sex Sexual Harassment: Subverting the Heterosexist Paradigm of Title VII*, p. 380.

⁵⁵ Ainda, de acordo com Grose “when a male supervisor or colleague creates an environment so focused on a woman’s sexuality that she cannot do her job comfortably, he reinforces stereotypes about dominant and submissive sex roles, and he perpetuates the identification of women with sex. When a woman has to deal with the sexual pressures created by this environment, she is forced to focus her energy in ways that a man in her position would not have to do. Such a dissipation of her effort affects her ability to achieve the employment security and rewards that her male colleagues achieve”. Idem, *ibidem*.

⁵⁶ No caso *Meritor Sav. Bank, FSB v. Vinson*, 477 U.S. 57 (1986), o argumento do “ambiente de trabalho hostil” foi considerado como causa de ação sob a égide do Título VII.

“*The Equal Employment Opportunity Title*”, contemplando a necessidade de desnaturalização das diversas práticas capazes de tornar um ambiente de trabalho hostil às mulheres, para, dessa forma, ser garantida uma igualdade mínima entre homens e mulheres no âmbito do trabalho. A movimentação das feministas em relação ao assédio não era apenas por sua criminalização, mas, sobretudo, visava possibilitar a sua identificação e desnaturalização.

Tendo em vista a exposição das mulheres a esse tipo de violência – até então invisível aos olhos do Estado e naturalizada socialmente⁵⁷ devido aos estereótipos de gênero –, a concepção jurídica do assédio sexual foi fundamental para que as vítimas pudessem, por fim, obter reparações frente ao Judiciário. A descrença em relação à atuação efetiva do Estado, ainda assim, é constante.

Quando a legislação dá a oportunidade para que a vítima possa ser indenizada, ela pode trazer certo conforto, no sentido em que se uma violência ocorre, ela poderá exigir nas instituições punitivas que seu bem-estar seja indenizado e o agressor seja punido. Há um reconhecimento da conduta como violenta, capaz de desnaturalizá-la. A lei, inexistente no contexto anterior, desempenharia os papéis de (1) desestimular o comportamento destes porque a lei simbolizaria que a prática não é aceita socialmente (2) e possibilitar a reparação patrimonial da vítima. Entretanto, existem problemáticas no que concerne a atuação efetiva das instituições punitivas e à própria ideia de atribuir um valor monetário a uma violência sofrida.

Do recebimento das queixas e denúncias, até a operação e realização do julgamento existem fatores que podem dificultar a proteção efetiva prometida pela legislação. Constatase certa carência em relação aos incentivos para que mulheres denunciem violências e da incorporação de políticas de compromisso de empresas que visem a erradicação do assédio. Ainda, a raiz do assédio está na situação de menor poder econômico e social das mulheres, como colocado por MacKinnon. Nesse sentido, a sua erradicação precisaria perpassar também a questão estrutural da precarização feminina no mercado de trabalho e esta seria vinculada, estruturalmente à desigualdade de poder entre os gêneros. Como pontua MacKinnon, “enquanto

⁵⁷ No caso *Goluszek v. Smith* (697 F. Supp. 1452, N.D. Ill. 1988), o reclamante pleiteava o seu reconhecimento sob a égide do Título VII também por ter sofrido assédio sexual no trabalho. A Corte rejeitou o seu argumento, compreendendo que, por se tratar de um caso de um homem sendo assediado por outros homens, o “assédio” não se baseava no seu gênero, nem buscava criar um ambiente de trabalho “anti-homem”, mas seria apenas um caso de “‘garotos sendo garotos’ e, como acontece em muitos casos, alguém acabou saindo machucado” (Carolyn Grose, *Same-sex Sexual Harassment: Subverting the Heterosexist Paradigm of Title VII*, p. 383).

homens efetivamente dominarem mulheres o suficiente em uma sociedade, mesmo sem o suporte positivo da lei, não há nada que possa ser feito constitucionalmente em relação a isso”⁵⁸.

O que MacKinnon procura demonstrar é que as instituições do Estado são concebidas a partir da perspectiva masculina. Com efeito, a Constituição, enquanto lei fundadora do Estado, não poderia ser neutra. Entretanto, há um véu de imparcialidade que a envolve e constrói a forma como ela é observada. Para ela⁵⁹, o que se concebe como poder do Estado, positivado nas leis, é reflexo do poder masculino que permeia todas as demais relações sociais. E, da mesma forma, é o poder masculino que se organiza como poder do Estado. Entretanto, MacKinnon⁶⁰ observa também que as demandas de grupos subalternos podem fazer com que essa dominação não seja vista como inevitável e impulsionar mudanças na própria orientação ideológica do Estado. Como exemplo, ela cita o caso da mudança de orientação da Suprema Corte norte-americana em relação ao apartheid – legalizado e tornado ilegal por ela, em momentos históricos distintos.

A partir dessa reflexão, MacKinnon constrói o seu argumento de que para se alcançar a igualdade seria necessário não apenas mudanças no Direito, mas toda uma nova organização jurídica – jurisprudências e leis – fundamentada pela perspectiva feminista, capaz de considerar as experiências de mulheres.

1.3 Ciberativismo e engajamento virtual: uma nova onda feminista?

De acordo com Geoffrey Pleyers e Marlies Glasius⁶¹, a internet e as redes sociais têm exercido papel fundamental na conexão e difusão de formas, práticas e mensagens entre movimentos sociais em escalas nacional e transnacional. Nesse novo contexto de engajamento virtual, a partir dos anos 2010, a demanda por direitos e as lutas feministas ganham uma nova abrangência pelo que passa a se conceber como *ciberativismo*.

Tendo como ferramenta principal as redes sociais, mulheres têm se engajado no ativismo online, atuando em coletivos, em páginas e grupos no Facebook, no Twitter, construindo sites e ferramentas para levar a frente campanhas e agendas. Significativamente,

⁵⁸ Catharine MacKinnon, *Toward a Feminist Theory of State*, p. 239.

⁵⁹ Idem, *ibidem*, p. 170.

⁶⁰ “o aumento da consciência desloca a episteme de maneira semelhante, expondo a política por trás do pessoal, o domínio por trás da submissão, participando da alteração do equilíbrio de poder sutilmente, mas também totalmente”, Idem, *ibidem*, p. 240. Tradução livre

⁶¹ Geoffrey Pleyers e Marlies Glasius. *The global moment of 2011: Democracy, social justice and dignity*, pp. 547-567.

estes novos espaços serviram à mobilização crescente do ativismo feminista de enfrentamento ao assédio nas ruas – sobretudo em relação à condução de *surveys* e compartilhamento de narrativas de mulheres em diversos locais do globo.

Essa nova onda feminista seria marcada pela popularização das temáticas e agendas feministas pelas redes sociais. Mas longe de permanecer apenas na esfera virtual, mulheres têm levados as agendas para as ruas, organizando coletivos e formando movimentos sociais a partir dessas interlocuções. Um caso paradigma é a elaboração e construção da Marcha das Vadias em 2011, que foi iniciada em Toronto e teve a internet como primeiro palco de militância, se espalhando, posteriormente, para diversos países, tais como Austrália, Suíça, Reino Unido, Coreia do Sul, Índia, Cingapura, Estados Unidos, Brasil, Argentina, Colômbia, entre outros. A Marcha procurou questionar o papel atribuído historicamente à mulher nas sociedades ocidentais e a representação social da liberdade sexual da mulher. Ao saírem às ruas questionando padrões de vestimentas e os estereótipos de mulheres castas versus prostitutas, os próprios corpos engajados nessas transgressões se tornam instrumentos políticos.

As redes sociais, enquanto arenas de debates, possibilitam também que violências sofridas nas vivências individuais possam ser compartilhadas. O compartilhamento de relatos possibilita que os sujeitos ressignifiquem suas próprias experiências individuais. Isto é, ao ler um relato de uma situação de violência vivida por outra pessoa, anunciada como uma violência de fato, aquela que lê pode passar a ter outra percepção sobre fatos que foram banalizados em sua própria experiência de vida e acreditavam se tratar de uma situação individual. Passam a compreender esses fatos também como situações de violências.

Ocorre, a partir desses engajamentos individuais-coletivos, uma alteração da própria subjetividade individual⁶². Como Wieviorka (2012) sublinha, os movimentos sociais têm papel significativo na produção das representações que seus atores e atrizes têm de suas vivências – a própria memória de si não sendo uma caixa fechada, mas construída ativamente. É nesse mesmo sentido que a capacidade de alcance dos meios digitais sobre os indivíduos tem grande potencialidade de transformação cultural, como observa Castells⁶³,

Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as próprias culturas, isto é, nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo.

⁶² Ver, por exemplo, Michel Wieviorka, *Du concept de sujet à celui de subjectivation/dé-subjectivation*, 2012.

⁶³ Manuel Castells, *A sociedade em rede*, p. 414.

A internet e as redes sociais possibilitaram tanto a disseminação de campanhas de enfrentamento ao assédio público quanto o acesso de organizações internacionais a dados sobre o assédio em locais diversos. Movimentos como “Meu Primeiro Assédio”, “Meu Professor Assediador”, “Chega de Fiu Fiu”, “Vamos Juntas?” e “Me Too”, tornaram evidente o quadro pandêmico desse tipo de violência sofrida por mulheres no globo.

Iniciativas legislativas e jurisprudenciais – não apenas no Brasil – procuram engendrar respostas para a questão do assédio público. Parte central desse trabalho é a tentativa de analisar os projetos de lei que visam a consideração do assédio público e as alternativas propostas por movimentos de mulheres, atuando fora do legislativo. Assim, no próximo capítulo, procuraremos apresentar a proposta de releitura feminista da jurisprudência norte-americana de Cynthia Bowman e as proposições legislativas que visam incorporar o assédio em espaços públicos à agenda estatal.

Retomando a hipótese central deste trabalho, acredita-se ser devido ao engajamento de mulheres e feministas que as agendas de gênero puderam penetrar as instituições do Estado. No próximo capítulo, a tentativa foi de compreender como o debate tem sido articulado no Brasil. Por agora, é importante ressaltar que as legislações anti-assédio em espaços públicos somente começaram a ser debatidas em nível nacional a partir de 2014, tendo como justificativa a campanha Chega de Fiu Fiu, protagonizada pelo Coletivo Think Olga em 2013.

2. A questão do assédio público

“Uma mulher anda por uma rua na cidade. Um homem que ela não conhece faz um gesto ou um barulho obsceno para ela. Ela pode replicar ou ignorar e seguir andando. Isso é uma sequência comum de eventos. Acontece todos os dias do ano. Superficialmente, é uma interação comum, ordinária. Mas por trás da superfície, há uma complexidade de sentimentos, pensamentos e intenções que, apesar de décadas de teorias feministas e de milhares de mulheres escrevendo sobre mulheres, nós ainda estamos tentando decodificar.”⁶⁴

Velado sob o discurso de que seria um mero aborrecimento ou inconveniente natural da vida em sociedade, o assédio nos lugares públicos afeta a rotina e a vida de mulheres por todo o globo, principalmente em grandes cidades. Movimentos por cidades mais seguras para mulheres começaram a emergir ainda nos anos 1970 nos Estados Unidos, com grupos que se organizaram em marchas como a “Take Back the Night” e “Reclaim the Night”. O direito à cidade, no sentido da possibilidade de acessar os espaços públicos, já era uma bandeira importante de movimentos feministas à esta época. Entidades passaram a ser criadas, sobretudo no âmbito da ONU-Mulheres, para reivindicar o bem-estar de mulheres e meninas nas cidades, sublinhando a necessidade de que o planejamento urbano envolva mulheres na formulação e produção das políticas públicas.

Três Conferências Internacionais voltadas à segurança das mulheres foram organizadas em 2002, 2004 e 2010, em Montreal, Bogotá e Delhi, respectivamente. Foi criado também no âmbito da ONU o *Gender Inclusive Cities Programme*, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de iniciativas para a promoção de inclusão feminina nas cidades. Tais movimentos objetivam adaptar o conceito de direito à cidade para englobar a eliminação de todas as formas de violências contra mulheres e meninas. Como definido pela Declaração da ONU sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres essas violências são⁶⁵,

(...) todo ato baseado em gênero que resulta em, ou pode vir a resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, em mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, seja ocorrendo na vida pública ou na vida privada.

⁶⁴ DIMEN, Muriel. *Surviving sexual contradictions: a startling and different look at a day in the life of a contemporary professional woman*, pp. 3-4, 1986. Tradução livre.

⁶⁵ Artigo 1º da Declaração da ONU sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres, promulgada pela Assembleia Geral da ONU em 1993.

Tema recorrente nas teorias feministas do direito é o quanto ele tende a negligenciar aspectos sérios da vivência cotidiana das mulheres. A legislação normalizou ou simplesmente ignorou ao longo da história eventos que produzem efeitos profundos sobre a consciência, o bem-estar e a liberdade das mulheres. Como se procurou esclarecer no capítulo anterior, até um momento relativamente recente, não existia nenhum termo capaz de descrever o que hoje é universalmente chamado de “assédio sexual”. Ainda assim, o fenômeno era bastante conhecido entre as mulheres por ser uma situação corriqueira no ambiente de trabalho.

O conceito passou a figurar na legislação norte-americana como uma variante da discriminação sexual no ambiente de trabalho, abrangida pelo Título VII da Lei de Direitos Civis de 1964. Este desenvolvimento legal teve indiscutível impacto sobre a compreensão popular das formas aceitáveis de interação no ambiente de trabalho. Como Catharine MacKinnon descreveu, o conceito legal de assédio sexual obrigou a sociedade a reelaborar as definições sociais do que pode ser reclamado sobre, dito em voz alta, ou até mesmo sentido – foi uma iniciativa importante para transformar o tema em um assunto de relevância pública.

Apesar dos avanços de movimentos feministas, o assédio, em suas múltiplas manifestações, continua a ser um limitador da cidadania feminina. Nessa esteira, algumas feministas de universidades de Direito norte-americanas, como MacKinnon, Robin West e Cynthia Bowman, buscaram estabelecer uma releitura da jurisprudência agenciando-a, de forma estratégica, para fazer com que o Direito desse respostas à violências de gênero.

Em relação ao assédio público, Bowman⁶⁶ aponta que a relutância de juízes e legisladores em prover respostas efetivas se daria porque (1) não seria um fato compreendido como “de relevância pública”, já que é particular da dita experiência feminina e mulheres foram impedidas de participar ativamente da construção das instituições públicas e, consequentemente, das agendas públicas; e (2) porque seria compreendido como um ato banal, que não afeta tanto as vítimas – por ser uma “violência simbólica” – não tão importante como violências materiais e físicas.

Na direção oposta, Bowman tenta demonstrar como o assédio público materializa um forte obstáculo ao exercício da cidadania feminina. Para ela, bem como para a ativista da organização Stop Street Harassment, Holly Kearn⁶⁷, as mulheres estariam sendo privadas de direitos básicos, como a liberdade de mobilidade e a igualdade de habitar os espaços públicos, por causa do medo do assédio.

⁶⁶ v. Cynthia Bowman, *Street harassment and the informal ghettoization of women*, 1993.

⁶⁷ v. Holly Kearn, *Stop Global Street Harassment*, 2015.

O ideal de liberdade que orienta as instituições das democracias liberais, como definido por John Locke, é o de “ser livre de constrangimento ou de violência de outros, que não pode existir onde não há lei”⁶⁸. Bowman mostra que, em relação à experiência feminina, essa liberdade foi substancialmente e sistematicamente limitada por causa do assédio público. Ele reduz a “mobilidade física e geográfica e frequentemente impede que as mulheres fiquem sozinhas em espaços públicos”⁶⁹. Esse tipo de interação promoveria, assim, uma “guetificação informal” das mulheres, confinando-as ao espaço doméstico, bem como inibindo a vivência plena da urbe. Isto é, o assédio geraria traumas que impediriam o usufruto dos espaços públicos da mesma forma que os homens.

A compreensão do exercício do direito de liberdade de Axel Honneth, a partir da leitura de Hegel, tem como premissa de que ele está vinculado ao reconhecimento recíproco – a garantia de que o sujeito terá respaldo social para exercê-lo. Isto é, esse direito somente é confirmado no mundo de forma objetiva quando a sociedade assegura o seu exercício. Em suas palavras, os sujeitos devem contar com “a impressão de que seus objetivos são apoiados e mesmo assumidos por aqueles com quem tem uma interação frequente”⁷⁰. Assim, poder contar com a incorporação legislativa de uma demanda, em uma chave institucionalista, poderia permitir essa confirmação social dos sujeitos, isto é, de que fazem parte de uma mesma comunidade de valores.

Para Robin West⁷¹, a ausência dessa incorporação nos dias atuais faria com que as mulheres internalizassem todos os custos da interação.

As mulheres sofrem ataques sexuais impunes e não compensados, continuamente. As mulheres que vivem em áreas urbanas e caminham ao invés de dirigir ou pegar táxis, sofrem agressões sexuais criminosas diariamente. Embora tenhamos uma frase trivializante para esses encontros - "cantadas de rua" - esses abusos não são nada triviais. Eles são mensagens sussurradas, assustadoras e ameaçadoras, de poder e sujeição. São, enfim, assédios. No entanto, os homens que assediam as mulheres na rua não são

⁶⁸ John Locke, *The second treatise of government, in the second treatise of government and a letter concerning toleration*, 1956.

⁶⁹ Cynthia Bowman, *Street Harassment and the informal ghettoization of women*, p. 520.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 115.

⁷¹ “[W]omen suffer unpunished and uncompensated sexual assaults continually. Women who live in urban areas and walk rather than drive or take taxis endure tortious or criminal sexual assaults *daily*. Although we have a trivializing phrase for these encounters -- “street hassling” -- these assaults are not at all trivial. They are frightening and threatening whispered messages of power and subjection. They are, in short, assaults. Yet, men who harass women on the street are not apprehended, they are not punished, the victims are not compensated, and no damages are paid. The entire transaction is entirely invisible to the State.” WEST, Robin, *Pornography as a Legal Text*, p. 108. Tradução livre.

presos, não são punidos, as vítimas não são compensadas, e não são pagos danos. A transação inteira é inteiramente invisível ao Estado.

Dessa forma, a partir da proposição metodológica de Robin West para uma “jurisprudência feminista reconstrutiva”⁷², Bowman procurou apontar caminhos para que conceitos já existentes no ordenamento pudessem abarcar o assédio nas ruas. Assim, o assédio poderia ser, enfim, integrado às instituições da vida pública democrática, lhe sendo atribuída relevância pública.

Para dar conta de uma nomenclatura adequada ao comportamento observado nos espaços públicos, Bowman utiliza a categoria “street harassment”. Comportaria atos verbalizados, como *cantar* e *gracejar*, não verbalizados, como assobiar, olhar lubricamente, piscar, ficar no caminho, impedir a passagem, ou até mesmo físicos como apalpar, agarrar e beliscar. Todos estes com certo potencial de gerar incômodo e medo na experiência da ofendida. Os comentários verbalizados possuiriam, frequentemente, uma conotação sexual, procurariam denotar tanto a aparência física da mulher, quanto o fato de ela estar presente sozinha em determinado local e variam de acordo com a raça e se a vítima se enquadra no padrão do que se compreende socialmente como sendo típico da feminilidade. Assim, “(...) abrangem desde um ‘olá, querida’, a sugestões vulgares e ameaças absolutas, tais como ‘vadia fodida, vadia de merda’, ‘vadia branca’”⁷³.

O assédio público envolve uma gama de comportamentos diversos, para os quais Bowman procura estabelecer uma caracterização geral, sublinhando a presença de determinados fatores comuns: (1) os alvos são mulheres; os assediadores são homens; (2) o assédio ocorre entre desconhecidos; (3) o encontro é face à face; o local é um lugar público, como ruas, calçadas, ônibus, pontos de ônibus, taxis ou qualquer outro espaço onde possa haver transeuntes; (4) o conteúdo do discurso, quando há verbalização, não é de fato voltado ao público em geral, mas apenas à vítima do assédio - ainda que, geralmente, o assediador deseje que outros transeuntes ou seus acompanhantes - quando está em um grupo -, o escutem. Seriam, também, comentários objetivamente degradantes, objetificantes, humilhantes e geralmente ameaçadores por natureza.

Michaela di Leonardo⁷⁴, em artigo publicado em 1981 na Aegis Magazine, também propôs uma definição para o assédio nas ruas diferenciando-o do assédio sexual. Para ela,

⁷² Robin West, *Jurisprudence and gender*, p. 70.

⁷³ “The comments range from ‘Hello, baby’ to vulgar suggestions and outright threats, such as ‘fucking bitch, fucking cunt’, ‘[w]hite whore.’” Idem, *ibidem*, p. 523. Tradução livre.

⁷⁴ Michaela Di Leonardo. *Political Economy of Street Harassment*, pp. 51-52.

O assédio nas ruas ocorre quando um ou mais homens estranhos abordam uma ou mais mulheres (...) num espaço público que não é seu local de trabalho. Por meio de olhares, palavras, ou gestos os homens afirmam que é seu direito intrometer-se na atenção das mulheres, definindo que elas são um objeto sexual e forçando a interação com eles.

Essa definição de Di Leonardo foca mais nas ações dos assediadores do que nas suas intenções e percepções. Ela também enxerga o assédio como uma “intromissão”, ou seja, uma interação forçada por um desconhecido em um lugar público. Uma requisição involuntária da atenção feminina, passível de xingamentos, insultos, perseguições ou até mesmo agressões físicas, quando não há resposta, ou quando responde de forma inadequada.

O direito à liberdade, não apenas na dimensão da mobilidade, mas também nas dimensões de privacidade e autonomia, seria, assim, anulado por essa interação forçada. A consequência é que as mulheres são mais contingenciadas aos espaços privados, evitando frequentar os espaços públicos em momentos de lazer. Como observa Bowman “transformando as mulheres em objetos de atenção pública quando elas estão em espaços públicos, os assediadores enviam a mensagem de que as mulheres pertencem apenas ao mundo do privado”⁷⁵.

Em relação ao alvo do assédio nas ruas, como observado por Robin West⁷⁶, seriam, literalmente, qualquer mulher em idade para ser vista como um “ser sexual” ao olhar masculino.

O assédio de rua é também a mais antiga - e, portanto, a definitiva – lição na raiz do “desempoderamento” de uma menina. Se não o tiverem aprendido em qualquer outro lugar, a cantada de rua ensina às meninas que sua sexualidade implica sua vulnerabilidade. É prejudicial ser apontado, zombado, e alvo de risadas apenas pela sua sexualidade, e é infantilizante saber que você tem que aguentar.

O assédio pode ser compreendido como uma experiência geral nas cidades, afetando mulheres e meninas que frequentam espaços públicos sozinhas. Entretanto, a forma como o assédio se dá varia de acordo com o lugar social deste alvo, podendo produzir formas de violências mais profundas, quando existem marcadores sobrepostos, como de gênero, de classe e de raça. Mulheres lésbicas que adotam um visual desviante do estereótipo de feminilidade seriam punidas tanto por serem mulheres, quanto por não se encaixarem no padrão

⁷⁵ Cynthia Bowman. *Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women*, p. 527.

⁷⁶ “Street hassling is also the earliest -- and therefore the *defining* -- lesson in the source of a girl's disempowerment. If they haven't learned it anywhere else, street hassling teaches girls that their sexuality implies their vulnerability. It is damaging to be pointed at, jeered at, and laughed at for one's sexuality, and it is infantilizing to know you have to take it.” Robin West, *Narrative, Authority, and Law*, p. 206. Tradução livre.

heteronormativo. Mulheres negras sofrem mais intensamente e fisicamente, por serem hiperssexualizadas – os comentários direcionados a elas costumam ser sexualmente mais agressivos. bell hooks⁷⁷ afirma que as mulheres negras, a despeito de sua classe social, são sempre vistas como prostitutas e avaliadas como objetos sexuais. Assim, quando mulheres negras são assediadas nas ruas, os comentários envolvem, frequentemente, o histórico de desrespeito e degradação que as desumanizaram ao longo da história, remontando à mentalidade escravista.

A despeito da histórica e quase universalidade do problema, o assédio nas ruas foi banalizado e negligenciado como uma questão social, o que fica evidente pela ausência de seu tratamento legal na maioria dos ordenamentos jurídicos contemporâneos. Não se colocou como uma questão pública relevante.

Bowman descreve que essa banalização ocorreu por uma compreensão generalizada de que este tipo de interação “inconveniente” seria inerente à vida em sociedade. Até nos dias atuais, o debate sobre se o assédio nas ruas é de fato uma violência ou é uma interação corriqueira ainda não é pacificado⁷⁸. A tentativa de desconstrução deste argumento é realizada por Bowman, já na década de 1990, a partir da análise dos impactos que essa interação produz sobre a saúde psíquica das mulheres. Para isso, ela recorreu a uma pesquisa conduzida pela psicóloga social Carol Brooks Gardner⁷⁹.

Gardner constatou que o assédio público evoca nas vítimas respostas emocionais variadas: desde um incômodo moderado a um medo intenso. Em suas pesquisas, algumas mulheres se referem ao assédio como invasão de privacidade. Outras afirmaram sentir medo do assédio da mesma forma como sentem medo do estupro: por se tratar de uma pessoa desconhecida, o comportamento do assediador é completamente imprevisível para as vítimas e, em geral, não se sabe se haverá proteção institucional caso uma violência material de fato venha a ocorrer. Ainda que a maioria dessas interações seja materialmente inócua, o medo do estupro a partir do assédio não é de todo irrazoável⁸⁰, justamente devido à falta de amparo institucional. As mulheres que passaram por situações de violências físicas, como estupro ou

⁷⁷ bell hooks, *Ain't I a Woman?*, p. 58.

⁷⁸ Ana Paula Blower e Paula Ferreira. *Qual é a diferença entre cantada e assédio?*, O Globo, 14 jan. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/qual-a-diferenca-entre-cantada-assedio-22284973>> Último acesso em 18/06/2018.

⁷⁹ V. Carol B. Gardner, *Passing by: street remarks, address rights and the urban female*, pp. 338-340.

⁸⁰ Este conceito é utilizado para descrever a existência de práticas e valores em determinada sociedade que corroboram ou banalizam atos de violência sexual contra mulheres.

abuso sexual, sofreriam ainda mais com o assédio nas ruas, devido à cumulação com o histórico de trauma. O assédio público evocaria nas vítimas o mesmo sentimento de objetificação.

Dentre as reações das mulheres que são assediadas, a mais comum é a evitação, ou a tentativa de ignorar o assediador. Para Bowman, as vítimas evitam o assediador (1) para não admitir a sua impotência diante dessa situação, (2) por temerem um ataque físico posterior à reação, ou (3) por não quererem transparecer que são pessoas “desagradáveis”, demonstrando certa internalização da noção de que a mulher deve se comportar de forma passiva.

O processo de objetificação – percepção forçada pelo assediador em seus comentários e condutas – também teria fortes impactos sobre a autoestima das vítimas. Em um dos relatos trazidos por Bowman⁸¹, uma mulher afirma que

Embora seja verdade que para esses homens eu não sou nada além de "um belo pedaço de bunda", há mais envolvido neste encontro do que sua mera percepção fragmentada sobre eu mesma. Eles poderiam, afinal de contas, ter-me desfrutado em silêncio (...), mas eu devo ser obrigada a saber que eu sou 'um belo pedaço de bunda'; eu devo ser obrigada a me ver como eles me veem.

Barbara Gutek⁸² em estudos sobre o assédio sexual no ambiente de trabalho, observou que a objetificação pode ter efeitos tão profundos sobre as suas vítimas, que se assemelharia a um processo de enlouquecimento. Pelo tratamento recebido, a mulher passa a duvidar de si mesma e a compreender o seu valor social como sendo aquele que é atribuído pelos interlocutores. A experiência de mulheres vítimas de assédio acarreta em traumas profundos, como observam Bjorn e Gruber⁸³, tais como estresse emocional severo, depressão, ansiedade, perda de motivação e sentimentos constantes de culpa, desgosto e raiva.

Carol Dana⁸⁴, em um artigo para o *Washington Post* em 1986, apresentou que vítimas de assédio também costumam ter frequentemente sentimentos de autodegradação, vergonha, nojo, raiva e desespero. O sofrimento psíquico, decorrente do processo de objetificação profunda, é uma evidência da perda da qualidade de vida que o assédio impõe sobre a experiência das vítimas. O assédio nas ruas impõe sobre as vítimas esses mesmos sentimentos,

⁸¹ “While it is true that for these men I am nothing but, let us say, ‘a nice piece of ass’, there is more involved in this encounter than their mere fragmented perception of me. They could, after all, have enjoyed me in silence (...) but I must be *made* to know that I am “a nice piece of ass”; I must be made to see myself as they see me.” BOWMAN, C. *Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women*, p. 538. Tradução livre.

⁸² V. Barbara A. Gutek, *Sex and the Workplace*, 1985.

⁸³ V. L. Bjorn. e J. Gruber. *Women's responses to sexual harassment: an analysis of sociocultural, organizational, and personal resource models*, 1987.

⁸⁴ V. Carol Dana. *Talking back to street harassers*, Wash. Post, aug. 19, 1986.

na medida em que a objetificação ocorreria da mesma forma. Apesar da ausência de pesquisas empíricas específicas sobre os impactos psicológicos do assédio nas ruas, o processo de objetificação se dá, inclusive, em momento anterior na experiência feminina, se comparado ao assédio em ambiente de trabalho, podendo, assim, produzir efeitos muito mais severos sobre a percepção das vítimas sobre si.

Subjetivamente, o assédio causa impactos emocionais de potencialidade severa sobre as vítimas, alterando suas próprias concepções sobre o *self* e, objetivamente, restringe direitos de mobilidade, de privacidade, de autonomia e de igualdade na participação da vida pública. Nas palavras de Carole Sheffield⁸⁵,

Em uma época em que as mulheres estão realmente exercendo opções duramente conquistadas em áreas como o emprego, a maternidade e a política, muitas vezes parecem ser limitadas em escolhas mais simples - seja ir ao cinema sozinha, onde caminhar ou correr, se atendem a porta ou telefone. Podemos medir o sucesso de um movimento social pela igualdade se não incluimos uma avaliação da qualidade de vida dos grupos afetados? (...) Sem essas liberdades é impossível implementar outras escolhas.

Diante desse quadro, o problema do assédio público apresenta extrema relevância no debate sobre a participação feminina nos espaços e instituições públicos. Seria como uma materialização de todo o contexto social que envolve a subordinação feminina, no sentido em que expressa a dominação masculina de forma objetiva: é uma experiência comum, desde tenra idade, das vítimas, nas cidades; a sua naturalização reforça os papéis sexuais – a banalização de que homens agem e tem liberdade para agir de forma impositiva e de que o valor social da mulher está atrelado a sua aparência física, ou que o sexo feminino é vulnerável ao masculino. É, em última instância, uma interação capaz de revelar as relações de poder coercitivas dos homens sobre as mulheres.

2.1. O assédio público no direito norte-americano

A metodologia de releitura da jurisprudência a partir de uma ótica feminista, como sugere Robin West, é utilizada por Bowman em duas frentes: na primeira, Bowman procura,

⁸⁵ “In an era when women are indeed exercising hard-won options in areas such as employment, childbearing, and politics, they often seem to be limited in simpler choices - whether to go to the movies alone, where to walk or jog, whether to answer the door or telephone. Can we measure the success of a social movement for equality if we do not include an assessment of the quality of life of the affected groups? (...) Without such freedom it is impossible to implement other choices.” Carol Sheffield, *Sexual terrorism: the social control of women*, apud Cynthia Bowman, *Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women*, p. 539. Tradução livre.

dentre os remédios já existentes no Direito norte-americano, quais poderiam ser utilizados pelas mulheres vítimas de assédio nas ruas. Na segunda, observando como tais instrumentos não são capazes de dar conta de tal fenômeno, Bowman propõe que seja elaborada uma nova categoria jurídica capaz de contemplar o fenômeno em sua totalidade. Isto é, seria necessário o desenho de uma nova tipificação, capaz de categorizar o assédio nas ruas compreendendo suas especificidades.

a. Como “abuso sexual”

Bowman traz casos de mulheres que já acionaram o Judiciário norte-americano buscando compensações de danos morais mediante o tipo de “abuso sexual” diante de situações de assédio nas ruas. A definição de abuso sexual no Direito Criminal norte-americano é “o engajamento de uma conduta que leva uma pessoa a uma apreensão razoável de receber ofensas corporais”⁸⁶ e no âmbito do Direito Civil “um ator pode ser sujeito de responsabilização civil se: (a) seus atos possuem a intenção de causar danos ou um contato ofensivo com outra pessoa, ou uma apreensão iminente de tal contato, e (b) o outro é coagido a essa apreensão iminente”⁸⁷.

A abordagem, entretanto, sofreria com obstáculos: a necessidade de suporte probatório que evidencie a intenção violenta do assediador; o requerimento, em determinadas jurisdições, de que o assediador tenha provocado danos materiais à vítima; a relutância de determinadas jurisdições em impor responsabilidade civil pelo proferimento de “meras palavras”; e que o comportamento do agressor tenha se dado em mais de uma ocasião. Os registros mostram também que as cortes frequentemente protegiam mulheres que se encaixavam no estereótipo de “honráveis” – mulheres casadas ou colegiais, havendo relutância para considerar as vítimas que não se enquadravam em tais perfis. No caso *Shields v. State*⁸⁸, por exemplo, o tribunal concluiu que a mulher em questão não se tratava de uma mulher “casta”⁸⁹ e, portanto, não havia suporte probatório o suficiente para que o acusado fosse condenado, já que à vítima carecia a credibilidade necessária para que fosse determinado se houve ou não uma “permissão implícita” para que o agressor tomasse uma iniciativa sexual.

⁸⁶ Cynthia Bowman, *Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women*, p. 549

⁸⁷ *Idem*, *ibidem*.

⁸⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 551

⁸⁹ Pode ser feito um paralelo com o que o Direito brasileiro concebia formalmente como “mulher honesta”, expressão que só foi retirada dos artigos 222 e 224 do Código Penal – crime de estupro – em 2009, mas que continua presente em sentenças judiciais de crimes de violência sexual.

Outra dificuldade indicada por Bowman para a caracterização do assédio nas ruas como abuso sexual seria relativa à necessidade de suporte probatório capaz de caracterizar uma “intenção ofensiva de causar o contato corporal” inscrita nas suas tipificações, tanto em âmbito penal quanto em âmbito cível. A partir das pesquisas conduzidas por Bernard e Schlaffer⁹⁰, Bowman afirma que a maioria dos homens que assediam mulheres nas ruas não o fazem tendo como intento final o contato físico, mas apenas por “divertimento”. 15% dos entrevistados admitiram uma vontade real de humilhar mulheres. A jurisprudência também imporia como condicionante para a condenação uma comprovação de que o agressor tivesse capacidade material de infligir danos às vítimas⁹¹.

b. Como “incitação à violência”

A proibição de discursos públicos que possam causar tumultos, ou irromper com a paz está normatizada na primeira emenda da Constituição norte-americana. Bowman traz alguns julgados da corte de Georgia nos quais mulheres conseguiram obter condenações a partir de tal previsão. No entanto, essa tipificação foi confeccionada para inibir os “duelos” protagonizados por homens, os quais poderiam produzir desordens públicas. A razão que informa essa norma é o Estado avocando para si o monopólio do uso legítimo da força. Mulheres obtiveram sucesso em casos de condutas verbalizadas. Ele deixaria de lado, entretanto, condutas tipicamente não-verbais, que não se enquadrariam.

c. Como “imposição intencional de estresse emocional”

Esse tipo poderia englobar condutas extremas que, intencionalmente ou imprudentemente, causam estresse emocional severo a uma pessoa. Bowman⁹² apresenta que as mulheres têm recorrido a este tipo nos casos de assédio sexual no ambiente de trabalho, mas são poucos os casos em que a abordagem obtém sucesso em relação ao assédio nas ruas. Atribui esse insucesso ao fato de que o discurso sexista é naturalizado na sociedade e, portanto, seria trivial.

Outro obstáculo enfrentado pelas pleiteantes é também a necessidade de se comprovar o estresse emocional causado pela conduta do assediador. Segundo Bowman, mulheres têm de

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

⁹¹ No caso *Hamby v. State*, quatro homens num posto de gasolina ameaçaram verbalmente a atendente, com linguagem obscena. No entanto, pela atendente estar dentro da loja e, portanto, “distante” fisicamente deles, a condenação por abuso foi revertida em apelação.

⁹² Cynthia Bowman. *Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women*, p. 564

“se endurecer” para levar suas vidas com “normalidade”, devido às situações constantes de violência causadas pela situação de permanente desigualdade entre os gêneros. Tal mecanismo de proteção faz com que muitas ignorem as violências simbólicas sofridas, não levando adiante reclamações referentes a essas condutas. Por esta razão, até mesmo nos casos de assédio sexual no ambiente de trabalho, seria comum que apenas aqueles mais graves, que envolvem agressões físicas ou mais visíveis, sejam relatados pelas vítimas e levados ao Judiciário.

d. Como “invasão de privacidade”

A responsabilização civil por invasão de privacidade abarca a “intrusão física ou de outra forma, de um indivíduo sobre o isolamento de outro, ou em seus assuntos privados (...), caso tenha potencial ofensivo a uma pessoa razoável”⁹³. O único requerimento é a intenção de se invadir o espaço de outro e tal intrusão não necessariamente precisa ser física.

Entretanto, há uma problemática no entendimento corrente, relativo ao “padrão da pessoa razoável”, o qual deixa em aberto para a avaliação dos julgadores a credibilidade a respeito da gravidade da queixa do pleiteante. No caso *Christie v. Greenleaf*⁹⁴, uma mulher alegou que um homem violou seu direito à privacidade ao assediá-la em um espaço público – o que apontaria a vinculação possível entre assédio no espaço público e os valores de liberdade e privacidade das democracias liberais. A Corte julgadora, no entanto, entendeu que a conduta do assediador seria um caso de mero “mau comportamento”, não sendo este abarcado pelo direito à privacidade. Ao trivializar o assédio, os componentes dos órgãos julgadores trataram o pleito da vítima como não sendo relevante o suficiente para desencadear tal proteção legislativa.

Conclusões sobre a jurisprudência norte-americana

Em suas pesquisas sobre as aplicações possíveis de estatutos já existentes no Direito norte-americano para a contemplação do assédio nas ruas, Bowman observa que nenhuma das categorias seria capaz de dar uma resposta efetiva ao problema. Isso ocorreria, em primeiro lugar, devido à não-consideração da perspectiva das mulheres para a formulação da legislação corrente. Em segundo lugar, os julgadores decidem de acordo não apenas com a legislação, mas com seus vieses cognitivos, os *gender bias*, que fazem com que as vítimas do assédio tenham

⁹³ Idem, *ibidem*, p. 568

⁹⁴ Idem, *ibidem*.

sua credibilidade colocada em xeque. É este o mesmo motivo para que mulheres que são vítimas de assédio público, bem como as que são vítimas do assédio no ambiente de trabalho, abusos, estupros e outras violências sexuais, acabem por, em geral, não levar à frente medidas judiciais, depositando seus esforços em prevenções na sua vida cotidiana. Dentre estas, medidas de autodefesa, a hesitação de sair nas ruas, fazendo cálculos de todas as possibilidades de horários, vestimentas e de locomoção, quando tem que frequentar espaços públicos.

A despeito do cenário negativo Bowman acredita que o fato de mais mulheres estarem entrando nas universidades de Direito teria o grande potencial de promover uma crescente releitura da jurisprudência, como aconteceu com as movimentações em torno da caracterização do assédio sexual no ambiente de trabalho. Seria a partir desta movimentação que surgiria uma forma eficaz para tratar legalmente o assédio nas ruas. Feministas mobilizadas dentro do Direito poderiam provocar tanto a releitura da jurisprudência corrente em relação aos tipos já existentes quanto o desenho de uma nova categoria capaz de abarcar tal conduta.

A saída proposta por Bowman é, justamente, que mulheres sigam tentando fazer com que o assédio nas ruas seja considerado em alguma das categorias já existentes no Direito norte-americano, como uma releitura da jurisprudência. Para ela, o ideal seria que movimentos de mulheres iniciassem uma campanha nesse sentido: promovendo a denúncia do assédio público e movimentando os estatutos para que a jurisprudência passe a considerar as demandas das mulheres. Com esse tipo de engajamento, ainda que o assédio não seja reduzido de fato, ainda haveria benefícios em uma campanha desse tipo. A publicidade gerada por ela poderia gerar uma sensibilização das pessoas para o problema, trazendo conscientização e possibilitando que as vítimas sejam compensadas de alguma forma.

O artigo de Bowman, publicado ainda em 1993, é um dos primeiros esforços na academia norte-americana para compreender a atuação das cortes em relação ao assédio nas ruas. Na conclusão de seu texto ela aponta que “mulheres frequentemente não falam sobre o assédio nas ruas, nem entre elas mesmas. Ao invés disso, suprimimos nossos sentimentos em relação a ele e podemos, até mesmo, reprimir a própria experiência”⁹⁵. O contexto da década de 1990 para os anos 2010 mudou significativamente. Novos coletivos e movimentos sociais passaram a surgir, como mostra Holly Kearl em seu livro *Stop Global Street Harassment*, publicado em 2015. Esses movimentos serão mais bem explicados no terceiro capítulo. No Brasil, o debate, de fato, ganha a cena pública a partir da campanha intitulada *Chega de Fiu Fiu*

⁹⁵ Cynthia Bowman, *Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women*, p. 580.

da organização Think Olga. Proposições legislativas vêm, nessa esteira, para tentar trazer uma resposta ao problema. Vamos compreender como o assédio nas ruas vem sendo tratado nas legislações, jurisprudências e proposições legislativas no Brasil, no tópico seguinte.

2.2. O assédio público no Direito brasileiro

O debate sobre o assédio no Brasil ganha impulso a partir de 2013, devido à atuação da organização Think Olga, que engajou a campanha “Chega de Fiu Fiu”. O objetivo central seria dar visibilidade ao problema do assédio em locais públicos, por meio de publicações na página da organização no Facebook, com charges e ilustrações sobre o tema. Diversas mulheres começaram a enviar relatos sobre os assédios sofridos para o *website* da organização. A jornalista Karin Hueck, membra do *think tank*, decidiu organizar um *survey* online para compreender a relação das mulheres com o assédio nas ruas, devido à constatação de que não havia dados ou quaisquer pesquisas sobre o tema.

Foram quase oito mil os respondentes da pesquisa, havendo alguns problemas metodológicos, por se tratar de uma pesquisa virtual – 80% moravam no Sul e no Sudeste, locais onde há uma maior inclusão digital⁹⁶. Mas, apesar dos problemas com o recorte analítico, os dados que surgiram da pesquisa sugerem a importância do tema na experiência das mulheres nessas regiões: 99,6% das respondentes afirmaram já ter sido alvo de “cantadas”⁹⁷, 85% afirmaram ter sofrido um assédio físico em algum momento de suas vidas, 83% afirmaram não gostar de ouvir as “cantadas”, 81% evitam ir a um lugar pelo medo de sofrer assédio e 90% já teria trocado de roupa pelo mesmo motivo. Apesar da relevância desses números, é necessário ressaltar a ausência de pesquisas mais aprofundadas, tendo a ONG Think Olga se tornado a voz principal do tema. Em 2014, a ONG, em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, produziu uma cartilha⁹⁸ sobre o assédio sexual, indicando a previsão de sua punição no Código Penal. Com esse quadro, a brecha institucional buscada por tais ativistas se ancora nas instituições penais.

Algumas alternativas já existem, dentre os estatutos no ordenamento jurídico brasileiro, para que mulheres que sofrem com o assédio público possam acioná-lo. Importante, em um

⁹⁶ Paula Sibília, *O Show do Eu: a intimidade como espetáculo*, p. 25.

⁹⁷ Colocamos a palavra “cantada” entre aspas por acreditar que o significado dessa palavra é polissêmico, isto é, é um termo que está em disputa, não havendo consenso explícito sobre o seu uso. A utilização dele na linguagem comum é mais usual para a identificação das condutas que não seriam tão marcadas como assédio, devido a toda a construção social que distancia violências simbólicas de violências materiais.

⁹⁸ Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/cartilha/>> Último acesso em 29/06/2018.

primeiro momento, esclarecer que, apesar de abarcar a possibilidade de que mulheres cis-sexuais⁹⁹ ou transsexuais¹⁰⁰, em relacionamentos hétero ou homoafetivos, denunciem violências verbais e psicológicas, a Lei Maria da Penha capta apenas aquelas cometidas no ambiente doméstico ou familiar. Não contempla a maioria dos casos de assédio público, por esse motivo e, tendo em vista, também, o fato de que o assédio público se dá, geralmente, entre desconhecidos.

Alguns estatutos já existentes no ordenamento brasileiro, entretanto, poderiam ser articulados para forçar novos entendimentos da jurisprudência – na chave da releitura feminista. Verifica-se, entretanto, que como dispostos atualmente, não contemplam o assédio público e reforçam o punitivismo estatal. Como propõe Bowman, o ajuizamento de ações por mulheres pode fazer com que o que se compreende com essas categorias seja alterado em um momento futuro. O trabalho trata deles a seguir.

a. Como “importunação ofensiva ao pudor”

O artigo 61 da Lei das Contravenções Penais¹⁰¹ define como contravenção o ato de “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor”. A Lei, criada em 1941, tem sua razão orientada por um discurso moralizante. O bem jurídico que tende a proteger é o “pudor público”. “Pudor”, nesse sentido, tem a sua etimologia vinculada a um significado religioso. É relacionado ao constrangimento e à vergonha com o exercício de práticas que pudessem atentar à moralidade religiosa. A importunação ao pudor público seria a prática de algo que causa incômodo em determinado grupo social, em confronto com sua moralidade.

O tipo, ainda, não fala sobre uma relação entre vítima e agressor. Os agredidos são terceiros à situação. Dessa forma, a contravenção era e tem sido utilizada para reprimir manifestações de afeto entre pessoas homoafetivas. Ainda em fevereiro de 2018¹⁰², em São Paulo, o designer Ciro Fico e outros dois amigos foram autuados por um policial militar por

⁹⁹ Pessoas que foram designadas com um gênero ao nascer e se identificam com ele.

¹⁰⁰ Pessoas que foram designadas com um gênero ao nascer e não se identificam com ele.

¹⁰¹ BRASIL, Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

¹⁰² G1-BA, Jovem denuncia homofobia por ter sido detido por PM após beijo gay em carnaval na BA: “Constrangimento”, diz B.O., 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/carnaval/2018/noticia/jovem-denuncia-homofobia-por-ter-sido-detido-por-pm-apos-beijo-gay-em-carnaval-na-ba-constrangimento-diz-bo.ghtml>> Último acesso em 18 de junho de 2018.

desacato e por importunação ofensiva ao pudor, após Ciro e um amigo se beijarem durante o carnaval. Os três tiveram de assinar um termo circunstanciado de ocorrência.

A despeito da teleologia do dispositivo, acredita-se que ele seja utilizável para abranger os casos de assédio público. O fato de ser uma contravenção penal, e não crime, entretanto, tem sido motivo para movimentações de organizações “em defesa dos direitos das mulheres”. Em 2018, projeto de Laura Carneiro (DEM-RJ) foi aprovada na Câmara Federal e encaminhada ao Senado, tornando a importunação, crime, com o texto de “praticar na presença de alguém e sem a sua anuência libidinoso com o objetivo de satisfazer a sua própria lascívia ou de terceiro”, com pena de reclusão, de um a cinco anos.

A discussão desse projeto se deu a partir da repercussão do caso de Diego Ferreira Novaes, preso após ejacular em uma mulher em um ônibus em São Paulo. Autuado pela contravenção de importunação ofensiva ao pudor, Novaes não seria preso. Seu caso gerou incômodo em redes sociais e diversos grupos feministas se manifestaram por considerarem a punição leve e que a conduta poderia se assemelhar a um estupro de vulnerável – pois a vítima não teria capacidade de reagir.

O Direito Penal tem como princípio orientador a legalidade, garantida como pilar do Estado Democrático de Direito na Constituição Federal. A taxatividade do texto legal é fundamental para evitar o arbítrio do Estado em sua atividade punitiva. Admitir a expansão de interpretações de uma lei penal seria, portanto, afrontar tal princípio. Uma interpretação jurídica que equipare uma conduta de abuso sexual, assédio físico e violência psicológica a um estupro, poderia afrontar também a proporcionalidade. Não que a conduta de Novaes não devesse ser recriminada, mas, prezando pela legalidade e pelas regras que compõem um Estado Democrático, permitir a atuação indiscriminada do Judiciário, pode ser prejudicial e criar precedentes perigosos. Ainda, há que se considerar, mais uma vez, casos em que os operadores das instituições atuam de acordo com suas ideologias, como no caso mencionado, da autuação de Ciro Fico e seus amigos, pela expressão de afeto homoafetivo.

Se a importunação ofensiva ao pudor já fosse considerada crime à época, provavelmente, ele teria sua prisão determinada. O caso poderia sugerir que os operadores das instituições punitivas utilizam essas regras para reproduzir injustiças, de acordo com o que consideram ser moral ou não.

b. Como “assédio sexual”

A Lei 12.015/2009 alterou o Código Penal em seu título VI, “Dos crimes contra os costumes” para “Dos crimes contra a dignidade social”, compreendendo que ofensas à sexualidade podem atingir homens e mulheres – e, jurisprudencialmente, tanto cis quanto transsexuais, em relações hétero ou homoafetivas. Importante ressaltar que esse tipo penal é restrito ao ambiente de trabalho. Não trata, assim, do assédio público. Há iniciativas legislativas para emendar este artigo, criando um tópico para contemplar o assédio público.

O artigo 216-A deste diploma legal conceitua o ato como o exercício de “constrangimentos e ameaças com a finalidade de obter favores sexuais feita por alguém de posição superior à vítima”. A inclusão do delito de assédio sexual ao Código Penal se deu pela promulgação da Lei 10.224/2001, diante do debate sobre o assédio no âmbito do trabalho que toma o legislativo em diversos países no globo desde a sua incorporação ao ordenamento jurídico norte-americano.

O primeiro Projeto de Lei¹⁰³ sobre assédio no trabalho, em âmbito nacional, no Brasil, na verdade, data do ano 1994, elaborado pela parlamentar Maria Luiza Fontenele (PSTU/CE). O PL 4457/1994 objetivava, em sua justificativa, criminalizar o assédio no âmbito do trabalho, separando-o em físico, com punições de reclusão de 2 a 4 anos e multa, ou detenção de 1 mês a 1 ano e multa, para os casos de assédio verbal.

A grande maioria dos projetos subsequentes possuíam uma perspectiva *clássica* para a aplicação do Direito, compreendendo o Direito Penal como a principal ferramenta para a resolução dos conflitos sociais.

Marta Suplicy, parlamentar em 1996, propôs um projeto (PL 2493/1996) que poderia ser identificado como *institucional-criativo*. Sua intenção era alterar os artigos 482, 483 e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para incluir, dentre as causas de rescisão contratual por justa causa, a prática de assédio sexual a trabalhador subordinado, homem ou mulher. À época, a terminologia não foi incorporada de forma expressa, mas por meio do conceito de “incontinência de conduta”, isto é, o assédio é visto como uma conduta inadequada para o local de trabalho.

A possibilidade de rescindir o contrato de trabalho por justa causa, em caso de assédio, tenta colocar vítima e perpetrador em uma relação de simetria de poder. Ao obrigar o empregador a pagar todas as verbas rescisórias do contrato de trabalho, como se fosse caso de

¹⁰³ Ver anexo 1.

despedida sem justa causa, a legisladora tentou viabilizar uma nova regra que restabelecesse o poder econômico do empregado na relação com o empregador, retirando uma possível subordinação econômica. A legisladora perceberia a assimetria de poder econômico como um dos elementos que corroboram a dominação continuada, capaz de impedir a denúncia dos casos de assédio, já que a mera indenização após o assédio pode não ser suficiente para que a vítima tenha a intencionalidade de sair do emprego. Encontrar uma solução para permitir uma compensação adequada, sem envolver apenas a possibilidade de prisão do assediador, seria inovador, no sentido em que proporciona um novo caminho, dentro da aplicação normativa, para produzir maior justiça em relação ao poder econômico da vítima.

Um projeto, também classificável como *institucional-criativo*, é o PL 3.863/2004 de Carlos Nader (PFL/RJ). Dispondo sobre o assédio sexual no âmbito da administração pública fala sobre os processos disciplinares para os agentes públicos, envolvidos em práticas de assédio. Traz uma inovação no sentido em que dá à vítima a possibilidade de se remover temporariamente ou definitivamente após o fim do processo administrativo. Assim, cria uma medida cautelar, visando resguardar o bem-estar da vítima, enquanto ocorre o processo administrativo. Apesar da boa intencionalidade, o projeto, assim como o de Marta Suplicy, acaba fazendo com que a vítima tenha que interromper as suas atividades de trabalho, para garantir o seu bem-estar e responsabiliza individualmente aqueles agentes envolvidos em assédio.

Por outro lado, outro projeto legislativo que procura tipificar o assédio sexual, enquanto prática de discriminação, mas com um desenho mais *criativo* seria o PL 1835, proposto em 1999 pelo parlamentar Enio Bacci (PDT/RS). O projeto observa o impedimento de contratação com a administração pública às empresas que possuem casos de discriminação sexual interna – dentre estes, práticas de assédio sexual. Seria um caso de atuação legislativa *supercriativa*, no sentido em que força as empresas a alterarem suas práticas internas, antes mesmo de um caso ocorrer. As empresas acumulam uma responsabilidade anterior, de tomar medidas para evitar uma possível denúncia ou condenação.

Classificamos este projeto como *supercriativo* pela capacidade que possuiria de gerar uma alteração no comportamento dos agentes das empresas, sem necessariamente, que ocorra a intervenção objetiva do Direito. Estes obstinariam assegurar o bem-estar dos funcionários, já que a ocorrência de um único caso de assédio poderia colocar em risco todos os contratos da empresa, ou seja, a sua própria atividade fim.

Alguns poderiam argumentar que multas poderiam ter função semelhante, no sentido de também possuírem uma possível função dissuasiva. Entretanto, em relação às multas e penalidades que surgem a partir da ocorrência de um fato entre indivíduos, tais medidas podem fazer com que as empresas realizem cálculos de custos e benefícios entre criar políticas preventivas e os valores das multas e das penalidades, assumindo o risco se constatarem que a segunda variável custa menos do que a primeira, ou terceirizem a responsabilidade do bem-estar de funcionários, já que ainda é possível individualizar a conduta assediadora e responsabilizar apenas o perpetrador desta, a partir de mecanismos como, por exemplo, o direito de regresso. Um projeto que possibilita o impedimento da própria atividade-fim da empresa, faria com que seus atores tivessem mais cuidado com as ações de seus funcionários.

Como o trabalho procurou levantar, são diversos os projetos que versam sobre o assédio sexual (anexo 1) na Câmara Federal. Entretanto, o conceito não abrange o assédio público. Isso porque o crime de assédio sexual, previsto no Código Penal, bem como as previsões no direito administrativo e, claro, no ramo trabalhista, estão estritamente vinculados ao assédio ocorrido no ambiente de trabalho. Dessa forma, dificilmente uma vítima de assédio público poderia recorrer ao tipo de assédio sexual para perseguir alguma indenização do Estado. Isso não impede, no entanto, que o ajuizamento de ações possa acontecer de forma a motivar novos entendimentos da sua aplicação.

c. Como “ato obsceno”

O ato obsceno é previsto no artigo 233 do Código Penal. Algumas situações de assédio público envolvem a coação exercida pelo agressor a partir de alguma ação de cunho sexual, como masturbação pública, ou a mostra das genitálias. Esses atos poderiam levar à punição do ator pelo tipo de ato obsceno.

Sobre essa consideração, o Superior Tribunal de Justiça, em dezembro de 2017, no julgamento do REsp 1678681, considerou a responsabilidade objetiva da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) em um caso de ato obsceno praticado contra uma passageira. A passageira, que à época, era menor de idade, argumentou que a empresa realizou um ato omissivo – não agiu quando deveria fazê-lo –, frente à ofensa, por não ter tomado as medidas possíveis para garantir o bem-estar dos passageiros. No entendimento do relator, haveria espaço para fazer com que o transportador respondesse pelos danos causados aos usuários dos serviços, diante de dispositivos do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, enquanto um defeito da prestação de serviço. Assim, o caso de ato obsceno cometido dentro de transporte

público poderia ser compreendido como responsabilidade da empresa ofertante do serviço. Essa mudança facilitaria a indenização da vítima e poderia fazer com que as empresas tivessem maior atenção para o cuidado e bem-estar de seus passageiros.

O entendimento do STJ se deu em um contexto de engajamento de importantes atores sociais em campanhas para tentar por fim aos abusos em transportes públicos. A campanha intitulada “Juntos podemos parar o abuso sexual nos transportes”, foi liderada pelo próprio Judiciário, a partir do Tribunal de Justiça de São Paulo. Este é justamente o entendimento que fundamenta o Projeto de Lei de autoria da vereadora Marielle Franco, o PL 417/2017¹⁰⁴, aprovado por sua mandata¹⁰⁵ na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, após o seu assassinato no Rio de Janeiro em 2018.

Apesar dos esforços de legisladores e do próprio Judiciário em torno da tentativa de combater a conduta nos transportes públicos, para os casos de atos obscenos cometidos fora destes, especificamente nas ruas, existe a possibilidade de faltar conjunto probatório, de precariedade de materialidade capaz de evidenciar a conduta, entre outros elementos que inviabilizariam a denúncia e uma possível instauração de um processo. Ainda, consideramos também que a ocorrência de atos obscenos também se dá em lugares ermos, ou em situações em que a vítima presencia sozinha o fato, não tendo a quem recorrer. O medo gerado inviabilizaria a sua atuação para reclamar, reagir, ou denunciar o fato no momento.

Conclusões sobre o assédio público no Direito brasileiro

A investigação proposta partiu da seleção de categorias que visam proteger a dignidade sexual das vítimas, as quais poderiam ser consideradas ou expandidas para envolver casos de assédio público. Apesar de possibilitar que vítimas acionem o Judiciário para requisitarem compensações por assédios verbais e violências psicológicas, a aplicação da Lei Maria da Penha

¹⁰⁴ Nos concentramos, na análise dos projetos de lei, nas iniciativas dentro da Câmara Federal. O projeto de Marielle é da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Vale, no entanto, apontar que a proposta de lei da vereadora (PL 417/2017) responsabiliza as empresas de ônibus pelo bem-estar das passageiras. Obriga a formação permanente dos servidores sobre assédio e violência sexual, a realização de campanhas permanentes nos transportes e prevê multa às empresas que descumprirem a lei. Esse projeto pode ser considerado como *supercriativo*, por procurar gerar mais segurança para as mulheres a partir da produção de receptividade e da certeza de que se um caso de assédio vir a acontecer, a empresa atuará a seu favor. O projeto almeja, assim, uma mudança comportamental dos atores envolvidos diretamente no transporte público. Com o engajamento desses atores na produção de segurança, poderia haver uma mudança nos sentimentos das usuárias, que se sentiriam mais confortáveis.

¹⁰⁵ O mandato de Marielle Franco (Psol/RJ) foi apelidado de “mandata” por possuir maioria de mulheres como integrantes. A escolha pela terminologia foi uma ironia com a majoritária presença masculina nas instituições estatais.

acaba por ser restrita aos casos em âmbito doméstico – em sentido amplo do termo –, ou intrafamiliares. O tipo penal de assédio sexual, por sua vez, se restringe apenas ao ambiente de trabalho ou onde há algum tipo de vínculo funcional – caso de professores e alunos, por exemplo. A contravenção de importunação ofensiva ao pudor acaba por não proteger vítimas de assédio, mas o “pudor público”. Este tipo, inclusive, pode acarretar em casos de arbítrio de agentes punitivos que reforçam a heterossexualidade, criminalizando a expressão de afeto não normativa. E, por fim, o tipo de ato obsceno, o qual serve apenas para casos em que há possibilidade de se levar adiante uma denúncia, dependendo da identificação do assediador e estando presente certa materialidade da sua conduta, para o conjunto probatório.

Diante desse quadro, saídas encontradas por alguns legisladores tentaram procurar novas formas de abranger, especificamente, o assédio público. Trataremos, em seguida, de alguns projetos que tratam do tema. Foram encontrados na Câmara Federal, ao todo, 12 projetos que versam sobre o assédio sexual em locais públicos. Todos estes, após a campanha Chega de Fiu Fiu da Organização Think Olga, iniciada em 2013. Uma possível explicação é que o engajamento de movimentos sociais e grupos da sociedade civil a partir dessa campanha, foi o responsável por colocar em evidência este problema, pressionando os atores e atrizes políticos a darem uma resposta.

As formas como estas respostas se deram variam. A hipótese é que há o aproveitamento da pauta por alguns atores políticos, em torno do fenômeno recentemente compreendido com populismo penal, não obstante também possam existir atores comprometidos em combater de fato o problema.

2.3. Respostas legislativas ao assédio público

a. PLs 7372/2014, 7343/2014 e 4493/2016

O primeiro PL a tratar especificamente sobre o assédio público no Brasil (7372/2014) foi elaborado pelo deputado federal Romário (PSB-RJ), tipificando o “ato de constranger alguém, a partir de contato físico com intenção sexual”. A proposta do parlamentar acrescenta o artigo sobre assédio público ao Código Penal e prevê pena de três meses a um ano de detenção e multa para quem o cometer.

O conceito de “intenção sexual” deve ser problematizado, pois, muitas vezes, o assédio não possui conotação sexual explícita. Compreendido literalmente, a “intenção sexual” pode pressupor a finalidade de que um ato sexual se consume. O assédio, em si, deve ser lido mais como uma expressão de poder e dominação, na qual perpetrador impõe sobre a vítima algum

tipo de afirmação sobre a sua existência, do que sobre o desejo sexual propriamente dito, tendo em vista que, na maioria dos casos, não há possibilidade – ou, em vários dos casos, expectativa – de que um ato sexual vá ocorrer de fato.

O projeto é também problemático por dispor apenas sobre o contato físico. O constrangimento e o medo gerado pelo assédio verbal não envolvem o contato físico necessariamente. Ainda, em um caso em que um indivíduo comete um ato obsceno no transporte público, ele não tem contato físico algum com a vítima. O projeto dá conta, assim, apenas de reparar as vítimas e punir os assediadores quando a violência já ocorreu. Por essa razão, seria uma legislação de perfil *clássico*.

A organização Think Olga, que lançou a campanha Chega de Fiu Fiu, em sua página no Facebook, elogiou a iniciativa do parlamentar quando este se transformou no Projeto de Lei do Senado 64/2015, em mandato posterior. A nova proposta, entretanto, observava a criação de vagões exclusivos para mulheres, o que a organização considera como uma medida “paliativa”. Não obstante, celebraram a chegada da pauta à esfera nacional.

No âmbito da Câmara Federal, no ano seguinte, foi elaborado pelo parlamentar Carlos Henrique Gaguim (PMB/TO) o PL 4493. Este prevê a implementação dos espaços exclusivos para mulheres na Política Nacional de Mobilidade Urbana. Classificamos o projeto de Gaguim como *institucional-criativo*, tendo em vista que obstina a realização da segurança a partir da criação de “espaços seguros” para mulheres. Visualiza, assim, o direito à segurança em sua dimensão coletiva e procura nas brechas possíveis das estruturas institucionais existentes, fazer com que elas possam ser operacionalizadas a favor das vítimas.

O vagão rosa existe no Rio de Janeiro desde 2006, pela Lei Estadual n° 4733, sancionada pela ex-governadora Rosinha Garotinho. Em pesquisa desenvolvida pelo “Grupo Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade”, Ligia Fabris procurou compreender a percepção da população carioca sobre Direitos Humanos, e observou uma tendência dos respondentes a compreendê-la como favorável à garantia de direitos de mulheres¹⁰⁶. A pesquisadora procurou demonstrar, no entanto, que “essa clara (e positiva) preocupação não é acompanhada da

¹⁰⁶ 64% dos respondentes afirmaram que o “vagão feminino” deveria ser garantido como direito humano. Ligia Fabris, *Vagão rosa e o banheiro feminino segundo a população da cidade do Rio de Janeiro; os espaços exclusivos entre discursos de proteção da mulher e mecanismos de disciplinamento da diversidade de gênero*, in: José Ricardo Cunha. *Investigando convicções morais: o que pensa a população do Rio de Janeiro sobre os direitos humanos*. Gramma, 2016, p. 241.

problematização quanto a sua pertinência e à sua eficácia para alcançar o fim esperado, isto é, quanto à sua capacidade efetiva de realização e garantia de direitos”¹⁰⁷.

O assunto é uma questão controvertida no debate sobre segurança das mulheres dentro dos próprios movimentos feministas¹⁰⁸. O trabalho trata mais detidamente desse debate no próximo capítulo, em relação às iniciativas possíveis, dentro do planejamento urbano, para a criação de cidades mais receptivas e inclusivas.

De autoria do parlamentar Ricardo Izar (PSD/SP), o projeto objetiva a criação de vagões exclusivos para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário, com a justificativa de que a medida é oportuna, diante do “momento crítico de casos de assédio sexual contra este gênero nesses transportes públicos”¹⁰⁹. Consta na justificativa também que a medida teria “o intuito de minimizar esta problemática”. No todo, o projeto é semelhante ao PL 7372, tendo sido apensado a este. Entretanto, este não possui iniciativa de criminalizar a conduta.

b. PL 7640/2014

Também no ano seguinte à campanha Chega de Fiu Fiu, o parlamentar Henrique Oliveira (SD/AM) elaborou o PL 7640, para tipificar o crime de “violência sexual em meio de transporte público”. O autor coloca como justificativa do projeto a “escalada do número de casos de abuso e assédio sexual cometidos nos meios de transporte público, especialmente na cidade de São Paulo”¹¹⁰, observando que a legislação penal não contemplaria, no entanto, um tipo penal exclusivo para punir de forma adequada as condutas de abuso ou assédio sexual ocorrido no transporte público.

Uma nova categoria para contemplar o assédio sexual nos meios de transporte públicos também seria necessária pela dificuldade em se caracterizar ações abjetas, como masturbação pública e ejaculação nas roupas das vítimas, como estupro, pelo artigo 213 do Código Penal, o qual exige a incapacidade de reação da vítima, a prática de violência ou de grave ameaça. Em geral, essas condutas são categorizadas como “importunação ofensiva ao pudor”.

A proposta¹¹¹ de se criar uma nova categoria serviria para encorajar as vítimas a denunciarem as práticas e tem em vista que

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p. 239.

¹⁰⁸ Idem, ibidem, p. 244.

¹⁰⁹ BRASIL, Câmara Federal, Trecho do Projeto de Lei n° 7343 de 2014.

¹¹⁰ BRASIL, Câmara Federal, Trecho do Projeto de Lei n° 7640 de 2014.

¹¹¹ Idem.

A fixação de pena mínima de três anos para o crime de violência sexual em meio de transporte público impedirá que este seja tratado como delito de menor potencial ofensivo, processado e julgado segundo o procedimento estabelecido pela Lei no 9.099/95, o que atualmente permite a aplicação de penalidades brandas, incapazes de coibir sua prática, ou mesmo não implicar qualquer punição.

Assim, acredita na finalidade da pena pelo seu caráter retributivo – de que a má conduta deve ser punida com o cumprimento da pena. A pena, assim, tem finalidade de compensar o malfeito. Como observa Cezar Bittencourt, “segundo este esquema retribucionista, é atribuída à pena, exclusivamente, a difícil incumbência de realizar Justiça. A pena tem como fim fazer justiça, nada mais”¹¹².

Também acredita na capacidade de que a pena exerça uma coação psicológica, de forma a desencorajar a prática da conduta. Crê, assim, no cálculo racional dos indivíduos, anterior à prática da violência, sobre as consequências penais de sua conduta. A crítica feita por Nilo Batista e Eugênio Raúl Zaffaroni sobre esta mentalidade é que a gravidade da pena não produz efeitos dissuasivos – as condutas continuariam a ocorrer, mesmo com punições maiores. Para eles, “(...) o destino final desse caminho é a pena de morte para todos os delitos, mas não por que com ela obtenha a dissuasão, mas sim por que esgota o catálogo de males crescentes com os quais se pode ameaçar uma pessoa”¹¹³.

Assim, classificamos o perfil dessa proposta como *clássico*. O problema existente na realidade dos transportes públicos, na mentalidade do parlamentar, serviria como justificativa para a proposta de um tipo penal específico, com penas maiores.

c. PLs 4180/2015 e 5504/2016.

Este projeto, de autoria de Ronaldo Martins (PRB/CE) procura expandir o artigo 216-A, do Código Penal, o qual versa sobre assédio sexual no trabalho, alterando a sua redação para também contemplar o assédio cometido nas ruas. Também aumenta a sua pena e acrescenta agravantes para casos em que as vítimas sejam menores de 18 anos.

Na justificativa, o autor observa que as “cantadas”, seriam uma invasão de privacidade. Define o assédio público como “condutas ofensivas com manifestações sensuais e sexuais, alheias à vontade da pessoa a quem se dirige” e acredita que os perpetradores “cometem esses crimes amparados na certeza da impunidade”¹¹⁴. Classificamos o projeto como *clássico*, por

¹¹² Cezar Roberto Bittencourt. *Manual de Direito Penal*, p. 68.

¹¹³ Eugenio Raúl Zaffaroni e Nilo Batista, *Direito Penal Brasileiro I*, p. 118-119.

¹¹⁴ BRASIL, Câmara Federal, Trecho do Projeto de Lei nº 4180 de 2015.

possuir como norte a ideia de que os atores de crimes sexuais o fazem com a certeza de que não serão punidos, linha argumentativa passível de questionamento nas teorias criminológicas. Visualiza, assim, na tipificação e na maior penalização uma forma de dissuadir tal prática.

Andrade¹¹⁵ denota que a epistemologia feminista crítica ao sistema penal agrega a perspectiva do sistema sexo-gênero como elemento indissociável do controle social e das relações de poder”. Nesse sentido, seria oposta a proposições *clássicas*, que acreditam no punitivismo como ferramenta para solucionar problemas sociais.

Neste mesmo sentido, versa o Projeto de Lei 5504/2016 de autoria de Alfredo Nascimento (PR/AM).

d. PLs 6722/2016, 8464/2017, 8471/2017, 8476/2017 e 8517/2017

Agrupamos estes PLs pois, apesar de algumas diferenciações, todos estes procuram criar alguma tipificação para a conduta do assédio público.

O PL 6722/2016, de autoria dos parlamentares Zé Carlos e Maria do Rosário (PT/RS), criam o artigo 216-B no Código Penal, para tipificar o “crime de assédio sexual em lugar público ou acessível ao público”¹¹⁶. Nesse mesmo sentido, o PL 8517/2017, proposto pela parlamentar Josi Nunes (PMDB-TO), também tipifica o assédio público, como o ato “constranger alguém com o intuito de obter favorecimento sexual em lugar público”¹¹⁷.

Já o PL 8471/2017, de autoria do deputado Aureo (SD/RJ), inclui o artigo 214-A, criando o crime de “constrangimento sexual”¹¹⁸, o PL 8464/2017, de Cabo Sabino (PR/CE), cria o tipo de “importunação ofensiva ao pudor”, o PL 8472/2017 proposto por Marcos Rogerio (DEM/RO), cria o crime de “satisfação da lascívia”, tipificando a conduta de “praticar, na presença de alguém, sem o seu consentimento, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem” e o PL 8476/2017 de autoria da parlamentar Renata Abreu (PODE/SP), cria o crime de “importunação sexual”.

Todos estes podem ser classificados como projetos *clássicos*, pelo teor punitivista e pela ausência de crítica no que se refere à eficácia e finalidade da pena.

Como observa Andrade¹¹⁹,

¹¹⁵ Camila de Andrade, *Por uma criminologia crítica feminista*, p. 24.

¹¹⁶ BRASIL, Câmara Federal, Trecho do Projeto de Lei nº 6722 de 2016.

¹¹⁷ BRASIL, Câmara Federal, Trecho do Projeto de Lei nº 8517 de 2017.

¹¹⁸ BRASIL, Câmara Federal, Trecho do Projeto de Lei nº 8471 de 2017.

¹¹⁹ Camila de Andrade, *Por uma criminologia crítica feminista*, p. 22.

As funções oficiais declaradas da pena criminal (neutralização, retribuição, reeducação e prevenção) se caracterizam por uma trajetória de profunda ineficácia, pois a reprimenda corporal, além de dificilmente lograr êxito na tarefa de ressocializar o encarcerado, não exerce relevante efeito inibitório sobre a sociedade, apresentando-se, na realidade, como mera vingança social contra o condenado.

A perspectiva *clássica* que permeia esses projetos acredita nessas funções declaradas da pena, citadas por Andrade. Um novo campo de criminologia crítica, na chave feminista, se preocuparia mais com a eficácia das garantias prometidas. Nesse aporte, a aplicação do Direito Penal é realizada de forma individualizada e, por esse motivo, exclui toda a estrutura social que produz o comportamento violento. Não haveria nenhum potencial de transformação, mas apenas a criminalização dos indivíduos que fossem compreendidos como desviantes.

e. PL 5821/2016

O PL proposto pelo parlamentar Goulart (PSD/SP) obriga a instalação de câmeras de vigilância nos veículos públicos e privados destinados ao transporte de passageiros. A intenção é promover o monitoramento dos casos de assédio, fazendo com que os atores em determinado local não cometam violações já que há maior chance de serem identificados e que mulheres se sintam mais seguras, tendo em vista que há “alguém observando”. Classificamos esse projeto como *institucional-criativo*, por tentar alterar, dadas as regras do jogo, a percepção feminina sobre a própria segurança.

No entanto, as câmeras podem, muitas vezes, ser um desserviço para que vítimas comprovem assédios sofridos. Vítimas de assédio verbal, por exemplo, ficam desprotegidas e ainda podem ter as câmeras operacionalizadas para comprovar que o agressor não provocou um estado de medo, ou colocou a vítima em risco, deslegitimando completamente a sua demanda. Nesse sentido, há também severas críticas à cultura da vigilância¹²⁰ como promotora de segurança – cada vez mais indivíduos abririam mão de liberdades básicas para sentirem-se protegidos.

f. PLS 380/2015

Para a produção da pesquisa, tivemos como fontes substanciais os projetos de lei na Câmara Federal. Entretanto, achamos relevante mencionar o PLS 380/2015, de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), o qual menciona especificamente a campanha Chega de

¹²⁰ Ver, por exemplo, Zygmunt Bauman. *Vigilância líquida*. Expresso Zahar, 2014.

Fiu Fiu em sua justificativa. Seu objetivo seria alterar o Código Penal para tipificar os crimes de “assédio verbal ou físico”. Em sua exposição de motivos¹²¹ alega a necessidade de sensibilizar e conscientizar a opinião pública para demonstrar a diferença entre elogio e assédio verbal lascivo, contra qualquer pessoa. Para ele, a sensibilização e reeducação, promovidas pela lei, poderiam

(...) extirpar da sociedade as grotescas e indesejadas ‘cantadas’ que, não menos raramente, progridem para agressões verbais quando as vítimas rechaçam o agente agressor, constituindo-se, ainda, em perseguições com agressões físicas, que somente nesta última condição tem a atenção da autoridade policial.

O projeto se propõe como uma iniciativa para “desnaturalizar” o assédio produzindo conscientização do problema na vida de mulheres e meninas. Acredita que a aplicação do Direito Penal serviria para dissuadi-lo. Assim, pode ser lido como um projeto *clássico*, pelo seu apelo punitivista.

2.4. Movimentos feministas e o apoio ao Estado penal: o que diz a criminologia crítica?

A Lei 11.340 de 2006, comumente conhecida como Lei Maria da Penha, teve seu anteprojeto redigido por feministas¹²² de fora do governo em 2004 e participaram da aprovação as parlamentares as deputadas Jandira Fegghali, Yeda Crusius, Iriny Lopes e a então Ministra Nilcéa Freire. O caso que a impulsionou foi a tortura e as duas tentativas de assassinato de Maria da Penha Maia por seu ex-marido. Devido à fragilidade da legislação brasileira para categorizar a violência doméstica de forma adequada, a denúncia do crime foi acatada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

De acordo com Gama Malcher¹²³,

o enfoque primordial da lei, no momento de sua criação, residia sobre a proteção das vítimas de violência e não sobre a punição dos seus agressores, que aconteceria apenas como uma consequência. A lei, desta forma, teoricamente, não preveria, em si, um tipo penal, ou seja, ela não descreveria nenhum crime e, portanto, nenhuma punição a um crime. Ela, no entanto,

¹²¹ BRASIL, Senado Federal, Trecho do Projeto de Lei n° 380 de 2015.

¹²² As Organizações Não-Governamentais Feministas Advocacy, Agende, Themis, Cladem/Ipê, Cepia e Cfemea reuniram-se sob a forma de consórcio para redigi-lo. (Fonte: SPM)

¹²³ Beatriz Moreira da Gama Malcher, *Criminologia Feminista e Estado Penal: entre o empoderamento e os desejos punitivos*, pp. 98-99.

possibilitaria o uso de medidas preventivas e de urgência para a mulher, de modo a afastá-la de seu (ou sua) agressor(a). Este tipo de formulação da lei seria uma contribuição da chamada Criminologia Feminista, modelo de pensamento jurídico que visa trazer para o centro dos estudos criminológicos a perspectiva das mulheres, tentando subverter um sistema legal androcêntrico...

Dentro do escopo de uma atuação legislativa *institucional-criativa*, a lei inova ao possibilitar a implementação de medidas cautelares. A lógica tradicional no processo penal é a aplicação da prisão preventiva, quando há necessidade de se proteger o processo ou a vítima. A lei cria, assim, uma série de medidas alternativas, as quais visam a proteção de urgência da vítima em seu artigo 22, não se resumindo à prisão cautelar do agressor¹²⁴. Entretanto, a lei mantém a aplicação da prisão preventiva do agressor, o que tende a demonstrar certa dependência e apoio ao Estado penal.

A criminologia feminista¹²⁵ critica a ausência do tratamento de violências de gênero pelo Direito Penal e enxerga a importância da criação de categorias que envolvam problemas e violências recorrentes na experiência feminina, geralmente deixados de lado por um Direito Penal produzido, hegemonicamente, por homens. Seria viabilizada a possibilidade de que vítimas recorram a ela na hora de realizarem as denúncias. Movimentos de abolicionismo penal, entretanto, vêem com maus olhos a criação de penas mais graves como motor de dissuasão da conduta. Há, assim, uma disputa de discursos sobre o Direito Penal para ambos.

Angela Davis, em crítica à atuação de feministas brancas no contexto da elaboração da legislação antiestupro nos Estados Unidos, observou que esta serviria como um pretexto para gerar prisões de homens negros. O fato de o sistema penal atuar majoritariamente sobre homens pobres e negros faria incidir sobre estes o estigma de que determinados crimes são executados apenas por eles. Da mesma forma, um projeto que criminaliza o assédio nas ruas, na visão do abolicionismo penal, provocaria a prisão majoritária de homens pobres e negros, sem que, de

¹²⁴ Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios. (BRASIL, *Lei 11.340/2006*, artigo 22).

¹²⁵ Existem iniciativas de se criar uma criminologia crítica feminista. Ver, por exemplo, Camila de Andrade, *Por uma criminologia crítica feminista*, p. 14-25, 2016.

fato, a subordinação sexual feminina seja remediada. Desenvolveremos mais esse apontamento apresentando o aporte do abolicionismo penal também no próximo tópico.

O abolicionismo penal tece severos comentários em relação a esse tipo de atuação de movimentos sociais. Maria Lúcia Karam, por exemplo, aponta que a dependência da estatolatria aconteceria justamente pelo enfraquecimento das utopias da esquerda a partir da década de 1990. A incapacidade de se produzir um ataque frontal às instituições do Estado faria com que alguns grupos da sociedade civil enxergassem as brechas destas instituições como a forma mais prática e eficaz de transformação da realidade. Para Karam¹²⁶, entretanto, eles agiriam de forma ingênua, ao acreditarem que os mecanismos repressores do Estado poderiam dirimir desigualdades sociais, quando, em realidade, apenas gerariam um agravamento da situação carcerária. Dessa forma, a esquerda estaria cada vez mais enredada nas relações de poder já estabelecidas, sem conseguir sair da hegemonia institucional engendrada pela democracia liberal.

Demandas acerca da criminalização do assédio nas ruas, na visão do abolicionismo penal, se assemelhariam ao processo de apoio ao Estado penal no contexto da aplicação da legislação antiestupro nos Estados Unidos na década de 1930, criticado por Angela Davis em “Mulheres, raça e classe” (1981). Davis percebe que esta poderia ampliar a atuação punitiva do Estado, produzindo mais desigualdades de classes e raças, sem, necessariamente, a obtenção dos efeitos desejados.

Nos Estados Unidos e em outros países capitalistas, as leis contra estupro foram, em regra elaboradas originalmente para proteger homens das classes mais altas, cujas filhas e esposas corriam o risco de ser agredidas. O que acontece com as mulheres da classe trabalhadora, em geral, tem sido uma preocupação menor por parte dos tribunais; como resultado, são consideravelmente poucos os homens brancos processados pela violência sexual que cometeram contra essas mulheres. Embora estupradores raramente sejam levados à justiça, a acusação de estupro tem sido indiscriminadamente dirigida aos homens negros, tanto os culpados como os inocentes. Por isso,

¹²⁶ “Parecendo ter se esquecido das contradições e da divisão da sociedade em classes, não conseguem perceber que, sob o capitalismo, a seleção de que são objeto os autores de condutas conflituosas ou socialmente negativas, definidas como crimes (para que, sendo presos, processados ou condenados, desempenhem o papel de criminosos), naturalmente, terá que obedecer à regra básica de uma tal formação social – a desigualdade na distribuição de bens. Tratando-se de um atributo negativo, o status de criminoso necessariamente deve recair de forma preferencial sobre os membros das classes subalternizadas, da mesma forma que os bens e atributos positivos são preferencialmente distribuídos entre os membros das classes dominantes, servindo o excepcional sacrifício, representado pela imposição de pena a um ou outro membro das classes dominantes (ou a algum condenado enriquecido e, assim, supostamente poderoso), tão somente para legitimar o sistema penal e melhor ocultar seu papel de instrumento de manutenção e reprodução dos mecanismos de dominação.” Maria Lúcia Karam, *A esquerda punitiva*, pp. 79-92.

dos 455 homens condenados por estupro que foram executados entre 1930 e 1967, 405 eram negros.¹²⁷

Neste sentido, Davis acredita que qualquer iniciativa que visasse remediar o problema da violência sexual, enquanto fenômeno isolado do contexto de estrutura de classes típica do sistema capitalista, estaria fadada ao fracasso. Isto porque a dominação econômica e política de homens brancos em relação a mulheres e minorias étnicas é entrelaçada e não poderia ser dissociada para o enfrentamento de questões específicas. Este tipo de legislação acabaria por acirrar outras desigualdades, em defesa dos interesses daqueles que possuem capacidade de exercer poder na sociedade.

Raramente os casos de violências sexuais envolvendo homens ricos chegavam às cortes. A maioria das acusações envolviam apenas homens pobres e negros. Essa atuação seletiva das instituições punitivas acabou gerando o que passou a ser conhecido como “mito do estuprador negro”. O próprio Estado, dessa forma, estaria criando um estigma que recai sobre um grupo de indivíduos, neste processo de seleção.

Tal como na experiência norte-americana, na qual “para fazer avançar as leis antipornografia, (...) MacKinnon e Dworkin se aliaram à direita estadunidense, com sua agenda moral conservadora e fortemente ligada a grupos religiosos”¹²⁸, no Brasil, determinados setores de movimentos feministas têm se alinhado com setores da direita conservadora para promover seus interesses em relação à criminalização do assédio na rua. É o caso do PLS 380/2015. O respectivo Projeto de Lei que procura criminalizar a conduta é de autoria de um senador que integra um partido reconhecidamente voltado a interesses do empresariado e que têm setores conservadores atuantes, o Democratas¹²⁹. A campanha “Chega de Fiu Fiu” da Think Olga também aparece na justificativa desse projeto.

O fato de movimentos sociais progressistas darem apoio ao desenvolvimento de legislações que contemplam o recrudescimento penal evidencia uma ambiguidade em sua atuação – ao mesmo tempo que procuram liberdade e igualdade, fortalecem o Estado penal ao apoiarem práticas de encarceramento, postura típica de grupos conservadores.

Por um lado, em um contexto de sociedades de risco, a insegurança é utilizada como justificativa para legisladores se legitimarem em seus cargos. Por outro, movimentos

¹²⁷ Angela Davis. *Mulheres, Classe e Raça*, p. 177.

¹²⁸ BIROLI, Flavia. MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria Política Feminista: Textos Centrais*, p. 19.

¹²⁹ No programa oficial do partido, constam como princípios constituintes “reconhecer a livre iniciativa como elemento dinâmico da economia e a empresa privada nacional como agente principal da vida econômica do país”.

identitários¹³⁰ têm buscado na legislação punitiva a proteção e a contemplação do Estado em sua forma mais tradicional. A aliança é possível de ser construída, com interesses de ambos convergindo.

Mas, em que pese os esforços para a tipificação do assédio nas ruas explicitarem a demanda de movimentos de mulheres para a erradicação de tal conduta, duas questões problemáticas podem surgir: (1) a aplicação da legislação nos chamados *hard cases*¹³¹ - quando não há possibilidade de subsunção direta do fato à norma - passa a ser um ato discricionário do julgador e; (2) os julgadores tendem a atuar com vieses cognitivos que fortalecem desigualdades sociais, salientando um punitivismo seletivo.

A suposta “solução penal” para conflitos sociais precisaria ser desmistificada, tal como o próprio imaginário dos movimentos sociais sobre o Poder Judiciário. O apelo para o punitivismo, como pontua Davis, esquece que a desigualdade da sociedade capitalista torna possível que réus com melhores condições financeiras possuam mais condições de defesas. O enfrentamento do assédio nas ruas pela ótica do Direito Penal levaria ao aumento de prisões de pessoas de classes mais pobres, sobretudo operários e outros tipos de proletariados, sem que as origens da violência sexista fossem remediadas.

O desejo de repressão é orientado por um olhar superficial de compreensão dos problemas sociais, o qual seria constituído pelo medo difundido nas sociedades de risco¹³² que, por sua vez, se reflete no aumento de demandas por ampliação do sistema penal. O imediatismo das soluções penais confrontaria ideais originários da esquerda marxista que visualizaria a transformação social real a partir de mudanças estruturais, as quais não deveriam ser pensadas pelos mesmos moldes da sociedade que se pretende transformar. O sentimento punitivista que coloca setores feministas e parlamentares conservadores em uma linha de convergência deveria ser problematizado se o primeiro grupo preconiza a transformação da cultura.

¹³⁰ Compreende-se como movimentos identitários aqueles que procuram o reconhecimento das diferenças pelo Estado, nas lutas por igualdade, para além da distribuição econômica. Ver, por exemplo, Angela Alonso et al. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*, 2009.

¹³¹ v. Richard Dworkin, *Taking rights seriously*, 1997.

¹³² “Sociedade do risco significa: o passado perdeu o seu poder de determinação sobre o presente. Entra em seu lugar o futuro – ou seja, algo que não existe, algo fictício e construído – como a causa da vida e da ação no presente. Quando falamos de riscos, discutimos algo que *não* ocorre mas que *pode* surgir se *não* for imediatamente alterada a direção do barco. Os riscos imaginários são chicote que fazem andar o tempo presente. Quanto mais ameaçadoras as sombras que pairarem sobre o presente anunciando um futuro tenebroso, mais fortes serão os abalos, hoje solucionados pela dramaturgia do risco.” BECK, Ulrich. *O que é globalização*, p. 178.

A tipificação de uma determinada conduta pode, por um lado, levar a uma ressignificação do que ela representa no ordenamento social, possibilitando a sua desnaturalização. Por outro lado, a aplicação do Direito Penal não se descola das ideologias dos julgadores, cujos vieses cognitivos podem replicar e reforçar estereótipos de raça e classe, atuando sistematicamente na reprodução de punições arbitrárias de grupos sociais estigmatizados, contribuindo para o aumento da desigualdade na sociedade de classes. No olhar do abolicionismo penal, a pauta de criminalização de condutas serviria, em última instância, para a legitimação desse sistema penal. A sanção penal, para resolver conflitos sociais, faz com que sejam ocultadas as reais estruturas de poder nas relações intersubjetivas, gerando uma falsa sensação de resolução do problema que culminaria na desmobilização contínua em torno do real enfrentamento de uma questão.

O assédio se dá enquanto manifestação de uma situação histórica, vivenciada pelo gênero feminino, de dominação sexual e privação de direitos. Nesse sentido, podemos compreender que mulheres não possuem o mesmo estatuto de sujeito na organização social. Os movimentos feministas devem, assim, ter como foco a transformação estrutural das relações sociais, de forma que seja ressignificado o papel social da mulher, ou se replicarão os modelos de sanção punitiva, típicos da sociedade de classes, para defender interesses imediatos.

Para remediar o problema do assédio público, sem necessariamente perpassar as instituições punitivas do Estado, legisladores *supercriativos* – que não necessariamente têm a atividade legiferante como atividade, mas podem ser influenciadores ou designers de projetos – têm obstinado criar projetos para a melhoria da caminhabilidade feminina nas cidades, aprimorando o seu bem-estar e gerando mais segurança para o estar nas ruas. Essas iniciativas, com a intenção de que mulheres possam ter experiências mais agradáveis do urbano, possibilitariam que mais mulheres pudessem transitar nas ruas e nos espaços públicos, o que poderia levar a (1) mudanças graduais na própria relação de mulheres com a cidade; (2) mudanças nas relações sociais nos espaços públicos. O trabalho explana a questão no capítulo a seguir.

3. Assédio público e o bem-estar nas cidades

O capítulo anterior procurou mostrar como vem sendo construída a luta contra o assédio público em tentativas de provocar a releitura da jurisprudência e em projetos de lei. Alguns setores dos movimentos feministas acreditam que mudanças dentro do Direito, como a tipificação do assédio público, são relevantes porque assegurariam às vítimas o conforto da reparação. Nenhum dos projetos que foram observados em tramitação na Câmara Federal procuram tratar a questão do assédio público com mecanismos que tenham o potencial de alterar a realidade prática e as dinâmicas sociais, de forma que a sua intervenção direta de estatutos jurídicos não fosse necessária.

Outros projetos, classificados como *supercriativos*, tentam produzir transformações no próprio espaço urbano de forma a modificar a experiência da vida feminina nas cidades, permitindo alterar as relações de desigualdade que penetram o tecido social e se refletem nas interações cotidianas. O trabalho trata destes nos tópicos seguintes.

Para estes, a elaboração de projetos urbanísticos sob uma perspectiva feminista tornaria possível a criação de espaços mais seguros para mulheres. Compreendendo que o fundamento das violências de gênero está na desigualdade de poder entre os sexos, mecanismos que possam produzir sensação de segurança e dirimir o medo que inibe o acesso de mulheres ao espaço público poderiam ser mais efetivos. O combate efetivo ao assédio seria derivado da produção de cidades mais inclusivas e igualitárias.

3.1. Mulheres e o Direito à cidade: a necessidade de políticas públicas transversais

Ao lado da ocorrência de assédio e outros crimes sexuais, a falta de segurança pública em sentido amplo faz com que, especialmente ao anoitecer, mulheres evitem transitar pela cidade e considerem os transportes públicos e o centro da cidade como perigosos. Além disso, uma pesquisa feita em Cingapura revela que as mulheres percebem como lugares de vulnerabilidade estacionamentos, passagens subterrâneas, estradas, calçadas, estações de trem, terminais, pontos de ônibus e até o trajeto feito em veículos privados.¹³³

A falta de segurança nos espaços públicos é uma questão que impacta de sobremaneira a experiência feminina nas cidades, como mostra Ligia Fabris. Pensar formas de se reestruturar

¹³³ Ligia Fabris, *Vagão rosa e o banheiro feminino segundo a população da cidade do Rio de Janeiro; os espaços exclusivos entre discursos de proteção da mulher e mecanismos de disciplinamento da diversidade de gênero*, p. 241-242.

as cidades para que estas se tornem mais receptivas para mulheres é uma disputa colocada no âmbito do planejamento urbano.

Como observado em momento anterior, as lutas pelo direito de acessar a cidade já eram uma bandeira de grupos feministas na década de 1970 nos Estados Unidos. Em 9 de junho de 1970, as militantes Karla Jay e Alix Kates Schulman organizaram em Wall Street uma marcha na qual simulavam assediar os homens transeuntes. A intenção era chamar a atenção para o problema vivido por mulheres e meninas, tentando conscientizá-los sobre “o que se sente quando se é assobiado e apontado constantemente, a toda vez que caminha pela rua”¹³⁴. Também no ano de 1979 Nkenge Touré criou em Washington a campanha “Hassling-Free Zone Coalition”¹³⁵, incentivando mulheres a reagirem contra os assédios.

Em 1979 o Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), no âmbito da ONU, em uma de suas recomendações gerais (nº 19, de 1992), afirmou ser discriminação todo tipo de violência “que impeça ou impossibilite o gozo dos direitos humanos da mulher sob os tratados de direitos humanos ou sob o Direito Internacional geral”¹³⁶. Em 1993 foi promulgada a Declaração para Eliminação da Violência Contra Mulheres, seguindo as recomendações da CEDAW. Neste mesmo ano, a II Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, observou a necessidade de que os Estados-membros adotassem medidas para a erradicação da violência contra mulheres “na vida pública e privada”.

Movimentos voltados ao enfrentamento do assédio nas ruas passaram a ser mais frequentes a partir dos anos 2000. Na Índia, em 2003 e 2006, respectivamente, foram criados os grupos Blank Noise e o Gulabi Gang. O Centro do Egito pelos Direitos das Mulheres passou a realizar campanhas contra o assédio público em 2005. Em Nova Iorque, a organização RightRides é criada em 2004 e em 2005, o *website Hollaback!* é inaugurado como um local em que as mulheres poderiam compartilhar suas histórias, e em 2008, surge também o *website* da organização *Stop Street Harassment*, tendo o mesmo intuito dos anteriores. Segundo Kearl, o surgimento desses movimentos durante a primeira década dos anos 2000 levou a uma aceleração dos empenhos contra o assédio nas ruas a partir de 2010.

¹³⁴ “(...) to point out what it feels like to be whistled at, pointed at constantly every time we walk down the street”. Entrevista disponível em: <<http://www.allday.com/the-wall-street-ogle-in-of-1970-2180788491.html>>. Último acesso em 01 de maio de 2017. Tradução livre.

¹³⁵ LANGE LAN, Martha. *Back off!: How to confront and stop sexual harassment and harassers*, p. 331

¹³⁶ CANÇADO, Antonio Trindade. *Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos*, p. 349.

A ONU-Mulheres criou o Comitê *Gender Inclusive Cities Program* em 2009, com a intenção de envolver grupos de mulheres e as administrações locais, para combater o assédio e o abuso sexual nos espaços públicos. O Comitê visualiza a identificação e disseminação efetiva de abordagens que possam promover o fim da discriminação sexual nas cidades. O enfoque é, assim, aprimorar a inclusão das mulheres no que se tem conceituado como direito à cidade – não apenas compreendido como o direito de acessar os espaços públicos, mas de produzi-los.

O programa procura, assim, identificar e mapear geograficamente as formas de produção de exclusões da vida pública, sob uma perspectiva interseccional, considerando aspectos como raça, religião, gênero e classe. O papel principal é incentivar atividades e o envolvimento da sociedade civil na concepção e produção de políticas públicas, a fim de favorecer a igualdade de gênero nos espaços públicos.

Em um de seus relatórios¹³⁷, o GICP fez uma análise das implicações do assédio nas ruas sobre o cotidiano de mulheres e meninas em quatro cidades diferentes no globo, em parceria com organizações locais: o *Coletivo Jagori*, em Delhi-Índia, o *Information Centre of the Independent Women's Forum* (ICIWF) em Petrozavodsk-Rússia, o *International Centre for Network and Information on Crime* (ICNIC-T), em Dar es Salaam-Tanzânia e o *Coordinator of the Latin America Women and Habitat Network* (CISCSA), em Rosário-Argentina. A escolha do programa por tais cidades se deu, justamente, por causa da distribuição geográfica diversificada, além das circunstâncias socioeconômicas e os níveis de violência locais também diferentes em cada uma delas.

Em um primeiro momento, foram elaborados mecanismos para a avaliação e coleta de dados sobre o estado da segurança das mulheres nas suas cidades, a partir da realização de *surveys* nas ruas, auditorias sobre segurança feminina e discussões em grupos focais. O segundo estágio teve enfoque na elaboração de políticas públicas que pudessem orientar as autoridades das administrações, em conjunto com as organizações locais, com o intuito de promover a segurança das mulheres nas respectivas cidades. A terceira etapa visava à implementação dos planos de intervenção junto às autoridades locais. Em todos estes estágios do programa, o empoderamento de mulheres locais seria uma prioridade. De acordo com o Comitê, elas seriam chamadas a participar de todos os processos, sendo as principais protagonistas da formulação das políticas públicas.

¹³⁷ V. Women in Cities International. *Learning from women to create gender inclusive cities – baseline findings from the gender inclusive cities program*. 2010.

A despeito das diferenças circunstanciais entre as quatro cidades analisadas, algumas semelhanças substanciais foram notadas nos levantamentos¹³⁸:

1. Gênero como variável determinante para a ausência de segurança no espaço público: nos *surveys* aplicados, confirmaram esse sentimento 75% das mulheres em Dar es Salaam, 89% em Delhi, 76% em Petrozavodsk e 89% em Rosario. Nas quatro cidades, as mulheres se sentem mais inseguras à noite.
2. Interferência da infraestrutura física sobre os sentimentos de insegurança, tais como insuficiência da iluminação pública, a sinalização inadequada e a falta de manutenção ou abandono de áreas públicas.
3. Existência de locais mais propensos a insegurança: em todas as cidades, o transporte público, estacionamentos e os pontos de ônibus foram reportados como sendo os principais espaços inseguros pelas participantes. As estradas apareceram como o lugar mais comum de ocorrência de assédio ou abuso sexual mais graves.
4. Incipiência das denúncias: poucas mulheres reportaram à polícia incidentes de assédio ou abuso. As entrevistadas afirmaram acreditar que os incidentes não seriam tão sérios para serem informados às autoridades locais. Esse fato pode indicar que (1) as situações são naturalizadas também pelas mulheres, devido à falta de conscientização sobre ser um problema coletivo; (2) a ausência de receptividade das instituições e das autoridades locais, que desconsiderariam os incidentes como atos de violência.
5. Falta de confiança na polícia: algumas mulheres de regiões periféricas em Delhi e Rosario indicaram também a presença da polícia como causadora de insegurança e *potencializadora* de assédio ou abuso. Dessa maneira, quando defrontadas com situações de assédio ou abuso nas ruas, o comportamento mais comum entre as entrevistadas foi o de “nada fazer”.
6. Falta de apoio social: poucas foram as entrevistadas que afirmaram pedir ajuda para outros transeuntes. 7% em Dar es Salaam, 5% em Delhi, 8% em Petrozavodsk e 7% em Rosario.

¹³⁸ Como exemplo, o relatório cita que as participantes da pesquisa em Dar es Salaam indicaram as áreas perto de pontes como inseguras, enquanto em Petrozavodsk, as áreas mal iluminadas perto das ferrovias. Em todas as cidades, as participantes observaram florestas e parques como locais de possível perigo, sobretudo, à noite. WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL. *Learning from women to create gender inclusive cities – baseline findings from the gender inclusive cities program*, p. 113.

A partir das respostas indicadas no relatório, fica clara a necessidade de uma política de planejamento urbano e de mobilidade, levando em consideração o gênero como uma variável relevante, a fim de que as cidades sejam transformadas em locais, de fato, inclusivos para as mulheres e meninas.

Em matéria divulgada pelo Nexo Jornal, um estudo da Universidade de Cornell, conduzido em 2014, observou que “planos de urbanização para cidades geralmente não contemplam as necessidades das mulheres e não oferecem soluções para os problemas específicos enfrentados por elas no uso do espaço urbano”¹³⁹. A falta de creches públicas em determinados bairros, bem como a falta de transporte público, também aparece nesse estudo como aspectos limitadores da mobilidade.

3.2. Direito à caminhabilidade

O termo caminhabilidade, concebido por Christopher Bradshaw¹⁴⁰ inaugura a métrica para avaliar a qualidade do ambiente a partir da perspectiva de quem transita a pé nas cidades. Nesse âmbito, variáveis como existência e largura das calçadas, qualidade do pavimento, continuidade, cobertura vegetal, sinalização e iluminação são consideradas dentro do Índice de Atratividade (IA) dos deslocamentos a pé.

A ótica de gênero sobre a mobilidade nas cidades penetra a literatura sobre planejamento urbano na década de 1970. Dumont e Franken¹⁴¹, por exemplo, procuram denunciar a forma como os planos urbanos não compreendem as maneiras diferentes que grupos sociais interagem com as cidades. Também, em geral, a sociabilização afeta o comportamento dos gêneros no espaço público. O comportamento masculino que seria comum é expansivo, sobretudo nos transportes públicos – ato que tem sido nomeado como *manspreading* e exemplificado por condutas facilmente observáveis, tais como a maneira expansiva de sentar-se em locais públicos –, mas também nas calçadas, o que pode prejudicar os ritmos de locomoção, a atratividade das calçadas para mulheres e o próprio sentimento de segurança.

¹³⁹ Ana Freiras, *Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias*, NEXO, Jornal. 06 mai 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/06/Por-que-cidades-feitas-para-mulheres-s%C3%A3o-mais-igualit%C3%A1rias>> Último acesso em 18 de junho de 2018.

¹⁴⁰ Christopher Bradshaw, *Creating and using a rating system for neighbourhood walkability: towards an agenda for “local heroes”*. In: 14th International Pedestrian Conference. Ottawa, 1993.

¹⁴¹ Monique Dumont e Elisabeth Franken, *Et si la ville était à nous... aussi...*, Les Cahiers du Grif 19.1, 1977, pp. 44-62.

O estudo da caminhabilidade, com enfoque direcionado a gênero¹⁴², procura, dessa forma, compreender a maneira que a sociabilização de gênero impacta na permanência no espaço público e a percepção da atratividade do espaço construído a pé.

Giannotti et. al¹⁴³ apresentam resultados reprocessados da Pesquisa Origem-Destino, conduzida pelo Metrô de São Paulo em 2008: para as mulheres a existência de fachada ativa aparece como mais relevante do que para os homens, bem como a largura das calçadas é mais importante para as mulheres do que para os homens. A sinalização para pedestres aparece também como fator importante para mulheres e menos valorizado pelos homens. Para eles, a cobertura vegetal das calçadas é o segundo aspecto de maior relevância. Mulheres evitam também determinadas morfologias urbanas tais como terrenos baldios, vazios ou subutilizados, bem como áreas muradas – a justificativa seria o medo de violência sexual. Fachadas ativas seriam fundamentais para a produção de uma cidade mais receptiva para mulheres, nesse sentido. A maneira como o espaço urbano é ocupado é ponto relevante para mulheres, podendo ser um foco de intervenção de planejamentos urbanísticos.

Em junho de 2018, o projeto *Mulheres Caminhantes!*, na Zona Norte de São Paulo, objetivou avaliar os espaços públicos colocando a ótica de gênero como relevante. As próprias mulheres co-criaram soluções para gerar segurança de gênero e mobilidade sustentável. As iniciativas podem ser classificáveis como *supercriativas* na medida em que procuram produzir ambientes receptivos, alterando as formas de interação dos atores com as suas localidades. Elas fomentariam novas práticas sociais, produzindo um maior sentimento de segurança e acolhimento no espaço público.

Dentre os problemas sublinhados como fatores para insegurança feminina aparecem no relatório produzido por elas, por exemplo, a existência de totens de propagandas em pontos de ônibus e mobiliários abandonados, que poderiam servir de esconderijo para agressores. A recomendação é de que estes fossem retirados.

O relatório sugere que a atividade noturna é fundamental para que mais pessoas estejam presentes nas ruas – fator que também produziria um sentimento de maior segurança, neste levantamento. A sinalização para o deslocamento a pé e de transporte público também assegura maior segurança por reduzir o sentimento de “se estar perdida” e de ser mais facilmente

¹⁴² Mariana Giannotti, Mateus Andrade, Marina Harkot e Paula Santoro, *Gênero e andar a pé: a qualidade do ambiente construído incentiva igualmente mulheres e homens a caminhar?*, in: Victor Andrade e Clarisse Cunha Linke (orgs.), *Cidades de Pedestres*, pp. 130-144.

¹⁴³ Idem, *ibidem*, p. 135.

abordada. A travessia da rua também aparece como fator relevante para a segurança, bem como demarcações de espaços que asseguram a visibilidade para dentro de terrenos.

Viena é considerada uma das cidades mais amigáveis para mulheres no mundo¹⁴⁴ justamente por aplicar políticas de reestruturação urbana com recorte transversal. Dentre as medidas, a iluminação pública ampliada, o alargamento de calçadas e a presença de rampas para melhorar o acesso, conseguiram produzir efeitos substanciais para tornar os espaços públicos mais inclusivos. Foram também realizadas obras para criar espaços de lazer, além de campos de futebol.

¹⁴⁴ Ana Freiras, *Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias*, NEXO, Jornal. 06 mai 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/06/Por-que-cidades-feitas-para-mulheres-s%C3%A3o-mais-igualit%C3%A1rias>> Último acesso em 18 de junho de 2018.

Considerações Finais

Este estudo inicial sobre os possíveis encaminhamentos do assédio público teve como propósito indicar alguns apontamentos sobre o debate do tema no Legislativo e os projetos alternativos que vêm sendo agenciados por movimentos sociais. Após a análise dos projetos legislativos em tramitação e da própria possibilidade de releitura da jurisprudência, verificou-se que existem lacunas de difícil preenchimento pela objetividade necessária das normas: assédios verbais, olhares lascivos, gestos inconvenientes e outras condutas que podem gerar medo, desconforto e insegurança nas vítimas, mas são extremamente simbólicas e de interpretação subjetiva, ficariam de fora porque não podem ser tão facilmente positivadas.

A articulação do tema por parlamentares de partidos conservadores também é um forte indicativo que a demanda vem sendo sequestrada para a promoção de suas agendas privadas, em torno do fenômeno compreendido como *populismo penal*.

Apesar de alguns setores dos movimentos feministas concordarem com a criminalização da conduta, essa não é uma agenda unívoca e não há consenso sobre a efetividade dessa medida. Pelo contrário, mulheres que advogam pelo abolicionismo penal discordam da criminalização por acreditar que esta geraria uma ampliação do poder punitivo do Estado, responsável por reproduzir desigualdades de classe e de raça.

Com essa pesquisa, propomos que o assédio público seja observado como uma expressão clara da desigualdade, compreendida na chave de dominação e subordinação entre os sexos. É uma expressão da ausência de reconhecimento social das mulheres, no sentido honnethiano, tanto porque, enquanto violência, ele produz a privação de direitos fundamentais, quanto porque ele existe na vida social devido às assimetrias de poder entre os gêneros. Mulheres seriam assediadas porque não têm sua condição de sujeitos respeitada – são compreendidas como objetos, ou como cidadãs de segunda-classe. Isso significa que, apesar de esforços legislativos e da incorporação do tema em campanhas permanentes serem de extrema importância para que essas condutas sejam desnaturalizadas, a disparidade de poder, que faz com que mulheres objetivamente não se sintam seguras ao frequentarem os espaços públicos, é o principal ponto que deve ser tratado.

Socialmente um gênero¹⁴⁵ possui mais poder do que o outro, pois a realidade é estruturada de forma a estabelecer desigualdades. Mulheres ganham menos em termos salariais, ocupam menos cargos de poder, são segregadas em seus espaços domésticos, submetidas a

¹⁴⁵ Categoria que traduz os papéis sociais relacionados aos sexos biológicos dos indivíduos.

violências diversas, exploradas sexualmente, traficadas, abusadas e assediadas de inúmeras formas. É claro que uma resposta imediata para todos esses problemas é irreal. Mas é importante ressaltarmos que para o fim das desigualdades sexuais é imprescindível uma transformação social profunda capaz de implicar em distribuição do poder social.

Algumas pesquisas enunciadas nesse trabalho observam como a falta de segurança, sobretudo devido às interações que envolvem objetificação e que produzem medo de violências sexuais, geram consequências profundas nas vidas de mulheres e meninas nas cidades. O assédio que Pinky sofreu impede ou restringe o livre acesso de meninas, rotineiramente, à educação. Mulheres tomam precauções e calculam mentalmente o que farão para evitar violências – evitar certas áreas, certos horários, certas roupas, etc. –, o que afronta significativamente direitos de liberdade e de igualdade. O assédio é elemento fundamental na cultura do medo de violências sexuais.

Retomando nossas hipóteses principais, quais sejam, que o tema do assédio tem ganhado maior repercussão pelo aumento da densidade populacional pelo aumento do engajamento de mulheres nas redes sociais, acreditamos, após a visualização das campanhas, ter sido o segundo movimento o mais fundamental. A cidadania feminina, ao contrário da masculina – com recorte de classe e de raça –, não se dá de forma imediata pelas garantias do constitucionalismo republicano. Pelo contrário, foram necessárias diversas lutas e movimentos coletivos para que mulheres pudessem acessar institutos assegurados pelas normativas do Direito como universais.

Em nosso primeiro capítulo procuramos demonstrar a distância da cidadania feminina, subalternizada, em relação à cidadania masculina, privilegiada, nas instituições públicas. Construídos a partir de lutas coletivas, os direitos de mulheres e de outras minorias estão em constante elaboração, disputa e ameaça. Talvez, por essa razão, não haja consenso sobre quais as melhores formas de se responder às demandas de gênero. É imprescindível, em primeiro lugar, que minorias políticas possam ocupar espaços de poder para que falem e produzam sobre si.

No segundo capítulo, o trabalho procurou mapear o debate sobre o assédio público na esfera jurídica norte-americana, entendendo a relevância da contribuição jurisprudencial para a desnaturalização da conduta na vida social. Pensando em alternativas para o direito brasileiro, sobre como uma releitura da jurisprudência poderia ser possível em nosso ordenamento, trouxemos algumas indicações: os atuais institutos de nosso direito penal não são capazes de abranger a conduta. “Assédio sexual” se limita ao ambiente de trabalho, a Lei Maria da Penha, não é capaz de abranger assédio de desconhecidos, “atentado violento ao pudor” tem como bem

jurídico tutelado o “pudor público” e a interpretação do que o viola ou não, fica sob o juízo do órgão julgador ou da autoridade competente, podendo haver casos de arbítrio. Assim, a criação de uma categoria nova para dar conta da conduta seria a única alternativa viável para incorporá-la ao direito corrente. Indubitavelmente, a inexistência desse debate até tão recentemente é uma consequência da ausência da representação feminina nas instituições públicas, como procuramos demonstrar ao longo de todo esse trabalho. A criação de um tipo penal para abranger o assédio público pode não ser uma resposta efetiva per se, mas pode significar, ao mesmo tempo, um ganho de relevância social das mulheres – o que pode vir a ter resultados positivos em termos simbólicos. Entretanto, não há que se esperar que o direito penal consiga, de fato, dar conta da questão. Como o segundo capítulo procurou demonstrar, as condutas que configuram o assédio público são de difícil apreensão material. O sentimento de insegurança social deveria, assim, ser a principal preocupação dos propositores de *policies* e de legislações, tendo em vista que existem alternativas à criminalização do assédio para a geração de sentimento de segurança de mulheres – inclusive com resultados mais factíveis.

Demonstrar as propostas de como as cidades e os espaços públicos podem ser projetados para gerar mais receptividade e reduzir o sentimento de insegurança de mulheres, diminuindo, também, a própria força que o assédio possui na vida cotidiana, foi o intento do terceiro capítulo deste trabalho. De acordo com o relatório *Building Safe and Inclusive Cities for Women*¹⁴⁶, publicado pela ONU-Habitat em 2011, por meio do design e planejamento urbano seria possível criar ambientes que oferecem menos oportunidades de violência contra mulheres. Exemplos dessas medidas seriam a eliminação de lugares desertos e escuros, assegurar a limpeza de áreas e do transporte público, ampliar as fachadas ativas, entre outras propostas de planejamento urbano que poderiam alterar de forma estrutural a vivência feminina nas cidades.

Concluimos este trabalho com a intenção de mostrar que a construção de um Estado de fato representativo e que atenda às demandas populares perpassa, inerentemente, o debate sobre o perfil de legisladores e produtores de políticas públicas. É necessário um perfil de legislador novo, que coadune os anseios da sociedade civil com novas formas de se produzir políticas, projetando os resultados para o longo prazo para que estes não fiquem à mercê da boa atuação do Judiciário e das instituições punitivas. Enquanto os legisladores *clássicos* e *institucionais-criativos*, têm suas ações vinculadas à ação de operadores do Direito e de órgãos punitivos que

¹⁴⁶ UN-Women, *Building Safe and Inclusive Cities for Women – a Practical Guide*, online report, 32p., 2011.

Disponível em: < <http://asiapacific.unwomen.org/en/digital-library/publications/2011/11/building-safe-and-inclusive-cities-for-women> > (Último acesso em: 29/06/2018).

irão ser os reais responsáveis por interpretar e executar as normas criadas, o perfil de legislador *supercriativo*, prescinde da atuação posterior destes atores. Assim, pensar na formulação de normas e de políticas públicas que tenham um potencial de transformar as práticas sociais, deveria ser a verdadeira métrica da eficácia normativa, enquanto que a dispensa de resultados de longo prazo deveria ser rechaçada.

Neste panorama, arrisca-se dizer que o Brasil precisa desse novo perfil de legislador, capaz de olhar para o tipo de legislação que se está produzindo: precisando de intervenção posterior do Direito ou de órgãos punitivos, deve-se optar por uma estratégia alternativa, em que tal efetivação não venha a ser necessária, já que, coloca-se em risco a própria efetivação do verdadeiro objetivo da norma, quando se dá espaço para a interpretação de atores que terão o poder para definir todos os parâmetros de sua aplicação.

Assim, o perfil *supercriativo*, sendo capaz de produzir uma legislação que dará conta, per se, de mudar práticas e sentimentos sociais, deve ser um modelo. Infelizmente, são poucos os exemplos deste perfil em atuação. Cita-se, por exemplo, o projeto de autoria da vereadora carioca, Marielle Franco. O PL 417/2017, que obriga a formação permanente dos servidores sobre assédio e violência sexual, faz com que se mude a forma com que estes atores compreendem tais práticas, fazendo com que estejam mais bem preparados para se um caso ocorrer, mas também produzem o sentimento nas usuárias do serviço de que estariam seguras, caso uma violência viesse a ocorrer. Ainda, a realização de campanhas permanentes nos transportes a previsão de multa às empresas que descumpram a lei é capaz de gerar mais segurança para as mulheres a partir da produção de receptividade e da certeza de que se um caso de assédio vir a acontecer, a empresa também terá de atuar em seu favor. O projeto almeja, assim, a mudança comportamental dos atores envolvidos diretamente no transporte público. Ainda, projetos que visam a reestruturação da cidade para se gerar mais sentimento de receptividade podem fazer com que mulheres e meninas se sintam mais seguras ao transitar pela cidade.

O assédio público precisa ser encarado como sendo, em última instância, uma consequência da falta de reconhecimento social das mulheres. É a ausência de poder econômico e social que faz com que mulheres sejam continuamente subordinadas sexualmente em múltiplos espaços – sendo a rua, apenas mais um destes. Assim, é esta a questão primordial que deve ser remediada.

ANEXO 1 – Projetos de Lei sobre Assédio Sexual

PL sobre assédio sexual	Órgão	Parlamentares	Partido	Perfil clássico	Perfil institucional-criativo	Perfil super criativo	Justificativa
4457/1994	Câmara Federal	Maria Luiza Fontenele	PSTU/CE	X			Dispõe sobre os crimes de assédio sexual e dá outras providências. Estabelece pena de detenção, de 1 mês a 01 ano, e multa, para crimes de assédio verbal, e pena de reclusão de 02 a 04 anos e multa, para os casos de assédio físico.
242/1995	Câmara Federal	Raquel Capiberibe	PSB/AP	X			Dispõe sobre os crimes de assédio sexual e dá outras providências. Estabelece pena de detenção, de 1 mês a 01 ano, e multa, para crimes de assédio verbal, e pena de reclusão de 02 a 04 anos e multa, para os casos de assédio físico.
143/1995	Câmara Federal	Marta Suplicy Maria Laura	PT/SP PT/DF	X			Dispõe sobre os crimes de assédio sexual e dá outras providências. Estabelece pena de detenção, de 1 mês a 01 ano, e multa, para crimes de assédio verbal, e pena de reclusão de 02 a 04 anos e multa, para os casos de assédio físico.
2493/1996	Câmara Federal	Marta Suplicy	PT/SP		X		Altera os artigos 482, 483 e 468 da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei 5452, de primeiro de maio de 1943. Explicação: incluindo dentre as causas para rescisão de contrato de trabalho por justa causa a prática de assédio sexual a trabalhador subordinado, seja homem ou mulher.
4255/1998	Câmara Federal	Marta Suplicy	PT/SP	X			Define o crime de assédio sexual e estabelece a pena de detenção de três meses a um ano e/ou multa como penalidade; dispõe que ocorrerá aumento da pena de um a dois terços se a vítima é considerada juridicamente incapaz, se o crime é cometido por quem se prevalece de relações domésticas, religiosas ou de confiança da vítima ou se é cometido por quem se aproveita do fato de a vítima estar presa ou internada em estabelecimento hospitalar ou sob guarda ou custódia.
858/1999	Câmara Federal	Freire Júnior	PMDB/TO	X			Nova versão do Projeto de Raquel Capiberibe

1835/1999	Câmara Federal	Enio Bacci	PDT/RS			X	Veda a discriminação por sexo por instituições públicas e por contratantes com a administração pública. Inabilita empresas privadas que cometam ato de discriminação de contratar com a administração pública. Atribui responsabilidade objetiva pela conduta interna à empresa.
1831/1999	Câmara Federal	Maria Elvira	PMDB/MG				Altera os arts. 482, 483 e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o assédio sexual nas relações de trabalho
<u>1548/1999</u>	Câmara Federal	Alberto Mourão	PMDB/SP				Obriga à destinação, nos trens, de vagão de uso exclusivo para as mulheres.
<u>62/1999</u>	Câmara Federal	Iara Bernardi	PT/SP		X		Inclui a prática de assédio sexual a empregado subordinado como justa causa para rescisão do contrato e permitindo a vítima pleitear a devida indenização e/ou mudança de local de serviço.
<u>61/1999</u>	Câmara Federal	Iara Bernardi	PT/SP	X			Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Explicação: Estabelece a pena de detenção de três meses a um ano e multa para crime de assédio sexual, podendo ser aumentada em até dois terços conforme o grau da relação entre o agente e a vítima.
5972/2001	Câmara Federal	Inácio Arruda	PCdoB/CE	X			Proíbe o servidor de praticar coação moral contra o subordinado no local de trabalho sob pena de ser demitido.
4960/2001	Câmara Federal	<u>Feu Rosa</u>	<u>PSDB/ES</u>	X			Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para instituir o crime de assédio moral.
2087/2003	Câmara Federal	Yeda Crusius	PSDB	X			Inclui a discriminação de gênero como crime de tortura, agravando-se em caso de crime cometido em decorrência de parentesco.
3122/2004	Câmara Federal	<u>Zelinda Novaes</u>	PFL/BA		X		Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher praticados por empregador. Suspende a licença do estabelecimento onde for verificada prática discriminatória.
3863/2004	Câmara Federal	<u>Carlos Nader</u>	PFL/RJ		X		Dispõe sobre o assédio sexual no âmbito da Administração Pública e dá outras providências. “VII – quando a vítima for servidor público, terá direito, se a. remoção temporária, pelo tempo de duração da sindicância e do processo administrativo; b. remoção definitiva, após o encerramento da sindicância e do processo administrativo;”

3502/2004	Câmara Federal	<u>Carlos Nader</u>	PFL/RJ	X			Acrescenta os termos presunção de violência absoluta para a prática de Crime contra a Liberdade Sexual contra menor de 14 (quatorze) anos e pessoa alienada.
848/2007	Câmara Federal	<u>Neilton Mulim</u>	<u>PR/RJ</u>	X			Penaliza o igual ou o subordinado hierárquico que comete assédio.
3047/2008	Câmara Federal	<u>Sandes Júnior</u>	<u>PP/GO</u>	X			Define como crime de tortura o constrangimento com violência, em razão de discriminação de gênero, violência contra a mulher, agravando a pena quando o crime é cometido em decorrência de relações de parentesco, casamento ou união estável.
6653/2009	Câmara Federal	Alice Portugal	PCdoB/BA			X	Torna obrigatória a constituição da Comissão Interna Pró-Igualdade - CIPI, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, nas empresas de médio e grande porte.
582/2015	Câmara Federal	<u>Major Olimpio</u>	PDT/SP	X			Acrescenta o art. 232-A ao Decreto-Lei 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, tipificando o assédio sexual.
4780/2016	Câmara Federal	<u>Cabo Sabino</u>	PR/CE	X			Acrescenta, no Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, um art. 222-A, tipificando no ordenamento jurídico militar o crime de assédio sexual.
8746/2017	Câmara Federal	<u>Laudivio Carvalho</u>	<u>SD/MG</u>	X			Dá nova redação ao art. 216-A Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, a fim de modificar a pena do crime de assédio sexual e suas causas de aumento de pena.
6811/2017	Câmara Federal	<u>Flavinho</u>	<u>PSB/SP</u>	X			Altera o decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, incluindo vedação da concessão de indulto, graça ou anistia nos casos de crimes contra a dignidade sexual previsto no título VI do Código Penal.

ANEXO 2 – Projetos de Lei sobre Assédio Público

PL sobre assédio público	Órgão	Parlamentares	Partido	Perfil clássico	Perfil institucional-criativo	Perfil super criativo	Justificativa
7372/2014	Câmara Federal	<u>Romário</u>	PSB/RJ	X			Acrescenta artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de constranger alguém, mediante contato físico com fim libidinoso.
7640/2014	Câmara Federal	<u>Henrique Oliveira</u>	SD/AM	X			Acrescenta o art. 213-A ao Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a fim de tipificar o crime de violência sexual em meio de transporte público.
7343/2014	Câmara Federal	<u>Ricardo Izar</u>	<u>PSD/SP</u>		X		Dispõe sobre reserva de vagões exclusivos para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário.
4180/2015	Câmara Federal	<u>Ronaldo Martins</u>	<u>PRB/CE</u>	X			Altera o art. 216-A do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), que trata sobre o crime de Assédio Sexual, na forma que indica. Procura expandir o artigo para as condutas fora do ambiente de trabalho. “Art. 216-A. Constranger alguém, com manifestação sensual ou sexual, importunando de forma ofensiva ou invasiva, com palavras que façam referência a sexo ou a sexualidade da vítima.”
5504/2016	Câmara Federal	<u>Alfredo Nascimento</u>	<u>PR/AM</u>	X			Tipifica o assédio sexual em transporte coletivo ou aglomerações públicas.
6722/2016	Câmara Federal	<u>Zé Carlos Maria do Rosário</u>	PT/MA PT/RS	X			Acrescenta o art. 216-B ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal para tipificar o crime de assédio sexual em lugar público ou acessível ao público.
5821/2016	Câmara Federal	Goulart	PSD/SP		X		Estabelece a obrigatoriedade e os requisitos de instalação de câmeras de vigilância em todo e qualquer meio de transporte de passageiros públicos e privados, sejam terrestres, ferroviários ou hidroviários, bem como, os procedimentos de controle, monitoramento on-line,

							gravação, backup da vigilância de câmeras para captação e registro de imagens e sons do exterior e interior dos meios de transportes.
4493/2016	Câmara Federal	<u>Carlos Henrique Gaguim</u>	<u>PMB/TO</u>		X		Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, entre outras providências, para dispor sobre a reserva de espaços exclusivos para mulheres no transporte público coletivo.
8471/2017	Câmara Federal	Aureo	SD/RJ	X			Inclui o artigo 214-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criar o crime de constrangimento sexual.
8517/2017	Câmara Federal	<u>Josi Nunes</u>	<u>PMDB/TO</u>	X			Tipifica como crime a conduta de constranger alguém com o intuito de obter favorecimento sexual em lugar público.
8472/2017	Câmara Federal	<u>Marcos Rogério</u>	DEM/RO	X			Tipifica a conduta de praticar, na presença de alguém, sem o seu consentimento, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem
8464/2017	Câmara Federal	Cabo Sabino	PR/CE	X			altera o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940 - Código Penal e o Decreto Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941 - Lei de Contravenções Penais, para definir como crime a conduta de "Importunação ofensiva ao pudor".
8476/2017	Câmara Federal	<u>Renata Abreu</u>	<u>PODE/SP</u>	X			Acrescenta ao art. 213 do Código Penal o parágrafo 3o, na figura da "Importunação Sexual".

Referências Bibliográficas

1. Textos

ALONSO, Angela et al. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova: revista de cultura e política, n. 76, p. 49-86, 2009.

ARAÚJO, Clara e BORGES, Doriam. **O ‘gênero’, os ‘elegíveis’ e os ‘não elegíveis’: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010**, in: ALVES, J. E. D.; Pinto, C. R. J; Jordão, F. (org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo, ABCP/SPM, 2012. P. 337-386.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo - Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo**. Mercado Cultural, 2006.

BANDEIRA, Lourdes. PEREIRA DE MELO, Hildete. **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Revista história e educação latinoamericana [online]. 2016, vol. 18, n° 26, p. 311-326.

_____. **Tempos e memória: movimento feminista no Brasil**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Política para Mulheres, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida**. Expresso Zahar, 2014.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2000.

BIROLI, Flavia. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Teoria Política Feminista: Textos Centrais**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2013.

BJORN, L. e GRUBER, J. **Women's responses to sexual harassment: an analysis of sociocultural, organizational, and personal resource models**, 1987.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

CHAMALLAS, Martha. **Writing About Sexual Harassment: A Guide to the Literature**. UCLA Women's LJ, v. 4, p. 37, 1993.

DE ANDRADE, Camila Damasceno. **Por uma criminologia crítica feminista**. Revista Espaço Acadêmico, v. 16, n. 183, p. 14-25, 2016.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

FABRIS, Ligia, **Vagão rosa e o banheiro feminino segundo a população da cidade do Rio de Janeiro; os espaços exclusivos entre discursos de proteção da mulher e mecanismos de disciplinamento da diversidade de gênero**, In: CUNHA, José Ricardo. **Investigando convicções morais: o que pensa a população do Rio de Janeiro sobre os direitos humanos**. Gramma, 2016, pp. 239-275.

FLORESTA, Nísia; DUARTE, Constância Lima (tradutora). **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Cortez, 1989.

FLORESTA, Nisia e SHARPE-VALARDES, Peggy. **Opúsculo humanitário**. Cortez, 1989.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Estudos feministas, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, mai./ago. 2007.

GARLAND, David. **As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico**. Revista de Sociologia e Política, n. 13, p. 59-80, 1999.

GIANNOTTI, Mariana (et. al), **Gênero e andar a pé: a qualidade do ambiente construído incentiva igualmente mulheres e homens a caminhar?**, In: ANDRADE, Victor e LINKE, Clarisse C. (orgs.), **Cidades de Pedestres**. Rio de Janeiro: Babilonia Editorial, 2017, pp. 130-144.

GODINHO, Tatau. **A ação feminista diante do Estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas**. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Org.). **Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista**. São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminista, 2000.

_____. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2007.

GOMES, Francisco B. **Arqueologia e Gênero(s): de *strange bedfellows* a um paradigma crítico de leitura do Passado**. Revista Sapiens, vol. 5, 2011.

GROSE, Carolyn. **Same-sex Sexual Harassment: Subverting the Heterosexist Paradigm of Title VII**, Yale Journal of Law & Feminism: Vol. 7: Iss. 2, Article 8.

HOOKS, bell. **Ain't I a Woman? Black Women and Feminism**, Boston: South End Press, 1982.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Editora 34, 2003.

____ **Sufrimento de Indeterminação: Uma reatualização da Filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

____ **O direito da liberdade.** Trad. de Saulo Krieger. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

KARAM, Maria Lúcia. **A esquerda punitiva.** Revista crime, direito e sociedade nº 1, ano 1, 1º semestre 1996, Relume-Dumará, Rio de Janeiro, páginas 79 a 92.

KERGOAT, Danièle. **Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva.** Trad. Michelle Redondo. In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres.** São Paulo: SOF - Sempreviva Organização Feminista, 2014.

KEARL, Holly. **Stop Global Street Harassment: Growing Activism around the World: Growing Activism around the World.** ABC-CLIO, 2015.

PARADIS, Clarisse. **A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade.** In: MORENO, Renata (Org.). **Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres.** São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista

PLEYERS, Geoffrey. GLASIUS, Marlies. **The global moment of 2011: Democracy, social justice and dignity.** Development and change 44.3 (2013): 547-567.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234, jan. 2003.

LEMONS, Marina. **Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas.** Tese (Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 2009.

MACKINNON, Catharine. **Sexual Harassment of Working Women: a case of sex discrimination.** New Haven: Yale University Press, 1979.

____ **Feminism, Marxism, method, and the state: An agenda for theory.** Signs: Journal of women in culture and society, 1982.

____ **Difference and Dominance.** Feminism unmodified: Discourses on life and law pp. 32-45, 1987.

MALCHER, Beatriz Moreira da Gama. **Criminologia Feminista e Estado Penal: entre o empoderamento e os desejos punitivos;** v. 4, n. 2, Natal/RN, novembro 2016.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil.** 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 2ªed. São Paulo: Contexto, 1997

SIBILIA, Paula **O Show do Eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**.

SOUSA, Rita Mota de; Bernardes, Márcia Nina. **Teorias feministas do direito: a emancipação do direito pela mulher**. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

VARGAS, Daniel. **Jurista Criativo**. in: Educação e Direito. Cadernos FGV Direito Rio, v. 9. Rio de Janeiro, 2014.

WIEVIORKA, Michel, **Du concept de sujet à celui de subjectivation/dé-subjectivation**, FMSH-WP-2012-16, juillet 2012.

ZAFFARONI, E. Raúl e BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2003; p. 118-119.

2. Relatórios

KEARL, Holly. **Unsafe and harassed in public spaces: A national street harassment report**. Stop street harassment, 2014.

WOMEN IN CITIES INTERNATIONAL, **Learning from women to create gender inclusive cities – baseline findings from the gender inclusive cities program**. Montreal: 2010.

UN-WOMEN, **Building Safe and Inclusive Cities for Women – a Practical Guide**, *online report*, 32p., 2011.

3. Notícias de jornal

BLOWER, Ana Paula e FERREIRA, Paula. **Qual é a diferença entre cantada e assédio?**, O Globo, 14 jan. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/qual-a-diferenca-entre-cantada-assedio-22284973>>. Último acesso em 18/06/2018.

FREITAS, Ana. **Por que cidades feitas para mulheres são mais igualitárias**. NEXO, Jornal. 06 mai 2016. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/05/06/Por-que-cidades-feitas-para-mulheres-s%C3%A3o-mais-igualit%C3%A1rias>> Último acesso em 18 de junho de 2018.

MIA, Salim. **Bangladesh ‘Eve Teasing’ takes a terrible toll**. BBC News, Bangladesh, 11 jun. 2010. Disponível em: <<https://www.bbc.co.uk/news/10220920>>. Último acesso em 18 de junho de 2018.

GOMES, Karina, **Ativismo digital e a nova onda do feminismo**, Deutsche-Welle Brasil, 06 nov. 2015. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/ativismo-digital-e-a-nova-onda-do-feminismo/a-18832050>. Último acesso em 26 de junho de 2018.